



13ª
Conferência
Municipal
de Assistência
Social
do Recife

Assistência Social:
Direito do povo e dever do Estado,
com financiamento público,
para enfrentar as desigualdades
e garantir proteção social.

13 a 15 de Julho de 2021

CMAS
Conselho Municipal de
Assistência Social do Recife

RECIFE
PREFEITURA

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, JUVENTUDE E POLÍTICAS
SOBRE DROGAS
SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RECIFE, 2021.

Gestão 2019 – 2021

SÉRGIO DE SOUZA CRUZ

Presidente

MARIA ÂNGELA OLIVEIRA DE SOUZA

Vice-presidente

REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL

Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos – SDSJPDDH –
Secretaria Executiva de Assistência Social

MARIA ÂNGELA OLIVEIRA DE SOUZA

Titular

RENATA ZOVKA DA PAZ

Suplente

Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos – SDSJPDDH –
Secretaria Executiva de Direitos Humanos

SILMA PAULA DIAS DE AZEVEDO



Titular

WELLINGTON BEZERRA PASTOR

Suplente

Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos – SDSJPDDH –
Secretaria Executiva de Políticas sobre Drogas

FLÁVIO HENRIQUE CARVALHAES DE ARAÚJO

Titular

DANIELLE VIRGÍNIA NESTOR DA SILVA

Suplente

Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos – SDSJPDDH –
Secretaria Executiva de Juventude

KARINA DE OLIVEIRA XAVIER

Titular

JARDA MARIA ANDRADE DE ARAÚJO

Suplente



Secretaria de Planejamento e Gestão

LILIANE ALEIXO DE SOUZA

Titular

CARLA MONIQUE CHAGAS PEREIRA

Suplente

Secretaria de Saúde

ALINE ROSENDO

Titular

MORGANA DE LIMA

Suplente

Secretaria Política Urbana e Licenciamento

ROSA MARIA MACEDO

Titular

ANDRÉA ALBUQUERQUE COUTINHO

Suplente



Secretaria de Governo e Participação Social



AUXILIADORA MARIA PIRES SIQUEIRA DA CUNHA

Titular

MARCIA DE SOUZA COSTA MELO

Suplente

Secretaria de Educação

ALCILENE MARIA DE SANTANA

Titular

SUELEIDE DUQUE DA PAZ

Suplente

Secretaria de Segurança Cidadã

MAYSE CRISTINA DE LIMA CAVALCANTI

Titular

GABRIELLA FERREIRA DE SOUSA LIMA

Suplente

Secretaria da Mulher



ANA MARIA COSTA MAGALHÃES

Titular

ANGELA CRISTINA LINS CALDAS

Suplente

Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer

MARILIA DUSE DE ALBUQUERQUE LIMA ALVES

Titular

ROBERTA JAROSLAVSKY

Suplente

Representação não governamental – Sociedade civil

Segmento dos (as) trabalhadores (as)

DIDEANNE CYNARA NUNES

Conselho Regional de Serviço Social – 4ª Região – CRESS/PE

Titular

LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO

Associação dos Terapeutas Ocupacionais De PE.- ATOPE

2º Titular

DÁRIO DOS SANTOS

1º Suplente

Sindicato Dos Servidores E Empregados Públicos Municipais Da Administração Direta e Indireta Da Cidade Do Recife

Segmento de Defesa e Garantia de Direitos

Associação Pernambucana De Cegos – APEC

BRUNA ALVES MACHADO DA SILVA

1º Titular

Associação Beneficente de Cego- ASSOBE CER

MICAEL JOSÉ DA SILVA

2º Titular

Grupo De Trabalho Em Prevenção – Positivo GTP+

WLADIMIR CARDOSO REIS

1º Suplente





Segmento de Atendimento

Centro De Reabilitação e Valorização Da Criança – CERVAC

KEISE SOARES DE ALCÂNTRA

1º Titular

Em Cena Arte e Cidadania

SÉRGIO DE SOUZA CRUZ (PRESIDENTE)

2º Titular

Projeto Ramá

ALDENISE COELHO DE SOUZA

3º Titular

Instituto de Assistência Social Dom Campelo – IASDOC

FRANCISCA GRAÇAS DE JESUS

4º Titular

Instituto Solidare

RAYANE THAIS NAVARRO SILVA LINS

1º Suplente



Sociedade Assistencial Saravida
NADJA OLIVEIRA DE BARROS
2º Suplente

Casa da Criança Marcelo Asfora- CCMA
SILVIO TENORIO CAVALCANTE
3º Suplente

Núcleo de Apoio à Criança com Câncer – NACC
SILVANA CLEA DA SILVA CAMELO
4º Suplente

Segmento de Assessoramento

Centro de Desenvolvimento e Cidadania– CDC
JOSÉ HAMILTON DA COSTA
1º Titular

Representantes de usuários
MARLUCE ROSA DE SENA

1º Titular

LUCILENE DO NORTE ARAÚJO RAMOS

2º Titular

VALERIA CRISTINA ALVES DE SANTANA

1º Suplente



Gestão 2021 – 2023

EDSON DE SOUZA LIMA

Presidente

LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO

Vice-presidente

REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL

Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas - SDSDHJPD -
Secretaria Executiva de Assistência Social

EDSON DE SOUZA LIMA

Titular

RENATA ZOVKA DA PAZ

Suplente

Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas - SDSDHJPD -
Secretaria Executiva de Direitos Humanos

SILMA PAULA DIAS DE AZEVEDO

Titular

WELLINGTON BEZERRA PASTOR

Suplente

Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas - SDSDHJPD -
Secretaria Executiva de Políticas Sobre Drogas

FLÁVIO HENRIQUE CARVALHAES DE ARAÚJO

Titular

DANIELLE VIRGÍNIA NESTOR DA SILVA

Suplente

Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas - SDSDHJPD -
Secretaria Executiva de Juventude

KARINA DE OLIVEIRA XAVIER

Titular

JARDA MARIA ANDRADE DE ARAÚJO

Suplente

Secretaria de Planejamento e Gestão

LILIANE ALEIXO DE SOUZA

Titular

CARLA MONIQUE CHAGAS PEREIRA

Suplente



Secretaria de Saúde - SS

ALINE CARLA ROSENDO DA SILVA

Titular

MORGANA DE LIMA

Suplente

Secretaria de Política Urbana e Licenciamento

ROSA MARIA MACEDO

Titular

ANDRÉA ALBUQUERQUE COUTINHO

Suplente

Secretaria de Governo e Participação Social

AUXILIADORA MARIA PIRES SIQUEIRA

Titular

MÁRCIA DE SOUZA COSTA MELO

Suplente



Secretaria de Educação

ALCILENE MARIA DE SANTANA

Titular

SUELEIDE DUQUE DA PAZ

Suplente

Secretaria de Segurança Cidadã

MAYSE CRISTINA DE LIMA CAVALCANTI

Titular

GABRIELLA FERREIRA DE SOUSA LIMA

Suplente

Secretaria da Mulher

ANA MARIA COSTA MAGALHÃES

Titular

ÂNGELA CRISTINA LINS CALDAS

Suplente



Secretaria de Turismo e Lazer

MARILIA DUSE DE ALBUQUERQUE LIMA ALVES

Titular

ROBERTA JAROSLAVSKY

Suplente

Representação não governamental – Sociedade civil

Segmento dos (as) trabalhadores (as)

FAGNER VALENÇA DE SIQUEIRA

Titular

Sindicato Dos Servidores E Empregados Públicos Municipais Da Administração Direta e Indireta Da Cidade Do Recife.

WANDERSON VILTON NUNES DA SILVA

1º Suplente

Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco - CRPPE 2º Região

LUZIANA CARVALHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO

2º Titular

Associação dos Terapeutas Ocupacionais De PE.- ATOPE



Segmento de Defesa e Garantia de Direitos

Associação Beneficente dos Cegos do Recife - ASSOBE CER

MICHAEL JOSÉ DA SILVA

1ª Titular

Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco - CIEE

TELMA MUNIZ SOARES BARBOSA

2ª Titular

Assoc. de Pais e Amigos de Pessoas com Síndrome de Down - ASPAD

MARIA THEREZA ALMEIDA ANTUNES

1ª Suplente

Assoc. de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade - APABB

ANDRÉA SILVEIRA MASCARENHAS

2ª Suplente



Segmento de Atendimento

Associação de Assistência às Mulheres com Câncer de Mama de Pernambuco - CASAROSA

KADJA CAMILO PACHECO

1º Titular

Instituto Solidare

RAYANE THAIS NAVARRO SILVA LINS

2º Titular

Centro Educacional, Social e Cultural - CESC - COQUEIRAL

ELIZABETH MARIA DE OLIVEIRA E SILVA

3º Titular

Instituto de Pesquisas e Estudos da Terceira Idade - IPETI

MARILUCIA CORDEIRO DE SOUZA

4º Titular

Núcleo de Apoio à Criança com Câncer – NACC

SILVANA CLEA DA SILVA CAMELO

1º Suplente



Projeto Ramá

ALDENISE COELHO DE SOUZA

2º Suplente

Segmento de Assessoramento

Centro de Desenvolvimento e Cidadania– CDC

JOSÉ HAMILTON DA COSTA

1º Titular

Sociedade Bíblica do Brasil - SBB

CYBELLE OLIVEIRA DA SILVA

Representante dos usuários

JOSÉ NILTON MONTEIRO DA SILVA JÚNIOR

1º Titular

JAILSON JOSÉ DOS SANTOS

2º Titular

ROBSON DA SILVA PESSOA

1º Suplente



Equipe da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

**Elza Betânia Fernandes Figueiredo (Em exercício na Conferência e até outubro/2021) / Ystefhani Cibely
Marina de Oliveira Barbalho**
Secretária Executiva

Elza Betânia Fernandes Figueiredo e Mônica César Albuquerque - Assistentes Sociais
Técnicas Sociais

Brigida Bianca Martins Arruda do Nascimento e Simone Maria Montenegro Ribeiro
Apoios Administrativos

Equipe Técnica e de Apoio à 13ª Conferência Municipal de Assistência Social do Recife

**João Natan da Silva
Carlos Roberto Marinho
João Batista do Espírito Santo Júnior
Marcos Barbosa do Nascimento
Maria da Conceição Correia Pereira**
Facilitadores/as dos grupos de trabalhos



Rafaela Natasha Santos Almoêdo
Alana Anselmo Carneiro
Allandylson Higor Santana da Silva
Aline Priscila Pereira da Silva
Itamar Sousa de Lima Júnior
Co-Facilitadores/as dos grupos de trabalhos

Allandylson Higor Santana da Silva
Edson de Souza Lima
Larissa de Melo Farias
Equipe de Sistematização e Revisão



SUMÁRIO

Apresentação	27
Pré-Conferências Municipal de Assistência Social	30
Solenidade da 13º Conferência Municipal de Assistência Social	36
Palestra Magna	64
Resultado da Plenária Final	72
Anexos	80



LISTA DE SIGLAS

- ACESSUAS Trabalho** - Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho
- AMPAC** - Associação de Mãe, Pai e Adolescente do Coque
- AMUPE** - Associação Municipalista de Pernambuco
- APABB** - Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade
- APEC** - Associação Pernambucana de Cegos
- ASPAD** - Associação de Pais e Amigos de Pessoas com Síndrome de DOWN
- ASSOBECER** - Associação Beneficente dos Cegos do Recife
- BPC** - Benefício de Prestação Continuada
- CadÚnico**– Cadastro Único dos Programas Sociais
- CEAS** - Conselho Estadual de Assistência Social
- CERVAC** - Centro de Reabilitação de Valorização da Criança
- CESC** - Centro Educacional, Social e Cultural
- CIB** - Comissão Intergestores Bipartite
- CIEE** - Centro de Integração Empresa Escola de Escola de Pernambuco
- CIT** - Comissão Intergestores Tripartite
- CMAS** - Conselho Municipal de Assistência Social
- CMM** - Casa Menina Mulher
- CMR** - Câmara Municipal do Recife



CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CNDAS – Conferência Nacional Democrática de Assistência Social

COEGEMAS - Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social

CONGEMAS – Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social

Covid 19 - infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global.

Capacita SUAS - Programa Nacional de Capacitação do Suas

CRA- PE - Conselho Regional de Administração de Pernambuco

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CREFITO - Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

CRPPE - Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco

CRP - Conselho Regional de Psicologia

CUT – Central Única dos Trabalhadores

ESPRO – Ensino Social Profissionalizante

FAFIRE – Faculdade Frassinete do Recife

FEAS - Fundo Estadual de Assistência Social

FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior

FIESP – Federação da Indústria do Estado de São Paulo

FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social



FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco

FUNDAP – Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias

GCS – Gerência de Controle Social

GGTEP/SUAS - Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS

GPSB - Gerência de Proteção Social Básica

GPSEAC - Gerência de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

GPSEMC - Gerência de Proteção Social Especial de Média Complexidade

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

IESP – Instituto de Educação Política e Social

IGD- Instituto de Desenvolvimento Global

INCA – Instituto Nacional de Câncer

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPETI - Instituto de Pesquisa e Estudos da Terceira Idade

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, transexuais

LOAS -Lei Orgânica da Assistência Social

NOB - Norma Operacional Básica

OMS - Organização Mundial de Saúde

OIT- Organização Internacional



PAIF – Programa de Atenção Integral à Família

PANDEMIA - Disseminação mundial de uma nova doença e o termo passa a ser usado quando uma **epidemia**, **surto** que afeta uma região, se espalha por diferentes continentes com **transmissão sustentada** de pessoa para pessoa

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PBF - Programa Bolsa Família

PBF – Programa Bolsa Família

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PGM – Procuradoria Geral do Município

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA – Plano Plurianual

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PT – Partido dos Trabalhadores

RPA – Região Político Administrativo

SBB - Sociedade Bíblica do Brasil

SDSJPDDH- Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos

SEAS - Secretária Executiva de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste



SUS - Sistema Único de Saúde

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UVS - Unidade de Vigilância Socioassistencial



APRESENTAÇÃO



A 13ª Conferência Municipal de Assistência Social do Recife – CMASR foi convocada ordinariamente, pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e a Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas – SDSDHJPD, com o tema “**Assistência Social: Direito do povo, e Dever do Estado, com financiamento público para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social**”, por meio da Portaria Conjunta 001/2021. Essa convocação marca um espaço de resistência e fortalecimento da democracia, visando a atribuição de analisar, avaliar e propor diretrizes para o aperfeiçoamento da Política de Assistência Social no âmbito Municipal

Considerando a declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS) de que o surto do novo coronavírus (2019-nCoV) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), e as peculiaridades enfrentadas em razão da pandemia.

Considerando o Decreto Nº 48.809, de 14 de Março de 2020, regulamenta, no Estado de Pernambuco, medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, conforme previsto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e com todas as suas revogações

Conforme as declarações acima expostas e seguindo as orientações dos órgãos competentes de Saúde e decisão do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, o Conselho Municipal de Assistência Social de Recife seguindo a orientação do Conselho Estadual de Assistência Social de Pernambuco, conforme informe 01/2021,

delibera o formato da conferência como remoto. Respeitando o distanciamento social como uma das principais ferramentas no combate a propagação do novo Coronavírus.

É necessário elencar a importância do controle social, através da fundamental participação da Sociedade Civil em conjunto com o Estado para as deliberações, necessidades, interesses e monitoramento da execução da Política da Assistência Social em sua máxima e que continua sofrendo graves ataques da esfera federal. Diante do exposto não podemos deixar de enfatizar a situação que vivenciamos em 2019, após o CNAS convocar por meio de Resolução a Conferência Nacional daquele ano, sendo a convocação revogada pelo Ministério da Cidadania e com a responsabilidade e compreensão da efetividade da Política da Assistência Social os Estados e Municípios realizaram por conta própria e sem validação nacional, seus processos conferenciais como forma de resistência.

Assim, a 13^oCMASR teve como tema “**Assistência Social: Direito do povo, e Dever do Estado, com financiamento público para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social**”, conforme Resolução CNAS/MC N^o 30/2021, com o objetivo de fortalecer a consciência da Política da Assistência Social como uma política de direito e não de benevolência, priorizando a efetiva participação de usuários/as e trabalhadores/as.

Nesse sentido os eixos da 13^oCMASR segue a recomendação do informe 01/2021 do CNAS e o 01/2021 do CEAS-PE que são:

EIXO 1 – A proteção social não-contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais no enfrentamento das desigualdades.

EIXO 2 – Financiamento e orçamento como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais.



EIXO 3 – Controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS e a importância da participação dos usuários. EIXO 4 – Gestão e acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais e proteção social.

EIXO 5 – Atuação do SUAS em Situações de Calamidade Pública e Emergências.

Com o compromisso de atingir o objetivo proposto e ampliar o debate do fortalecimento e da consciência política social, o processo conferencial em Recife teve início com as Prés Conferências Municipal de Assistência Social, realizada em 06 de Junho a 22 de Junho de 2021 nas 06 RPA´s da Cidade com 394 participantes. Esse momento também teve como objetivo eleger os delegados à 13º Conferência Municipal de Assistência Social do Município do Recife.

A 13º conferência municipal do Recife ocorreu de 13 a 15 de Julho de 2021, com a participação de 136 delegados/as e 09 convidados. Dos delegados presentes, 38 eram representantes governamentais e 98 representantes da sociedade civil, sendo eles: 21 usuários, 49 trabalhadores e 28 entidades.

Em consonância ao exposto, esse Anais apresenta os principais registros desse momento ímpar, vivenciado pela realização de uma conferência na modalidade Virtual .Garantindo assim o que preconiza a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 204; Na Lei Orgânica da Assistência Social-Loas (Lei nº 8.742/93) Art.18; Além de ser recomendada pelo Conselho Nacional de Assistência Social-CNAS, através da Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social-NOB/Suas. Outrossim, o fortalecimento da Política de Assistência Social que tem enfrentando a descaracterização do Sistema Único de Assistência Social - SUAS com ações voluntaristas, benevolentes e fragmentadas, com informações que contemplam todo o processo conferencial, a saber: a Pré-conferência e a XII Conferência Municipal de Assistência Social.



PRÉ-CONFERÊNCIAS MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

As pré-conferências foram realizadas no período de 08 a 22 de Junho do ano em curso no horário das 14:00h às 17:00h, de modo remoto, porém com pontos de apoio que serão elencados mais abaixo, sendo respeitando as normas sanitárias de combate a covid-19. Houve a participação de 394 pessoas, dos quais 14 representantes da gestão, 41 representantes das entidades da rede socioassistencial, 215 representantes de trabalhadores e 97 representantes dos usuários.

As pré-conferências tiveram como objetivo discutir o tema da 13^o CMASR “**Assistência Social: Direito do povo, e Dever do Estado, com financiamento público para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social**”, com o objetivo de debater os 5 eixos conforme orientação do Informe CNAS n.01/2021, e a eleição dos delegados à 13^a Conferência Municipal de Assistência Social do Recife.

Em tempo iremos apresentar um breve registro representativo das falas das 06 (pré-conferências), as quais seguiram a mesma lógica e funcionamento da descrita abaixo e prints retirados do facebook/youtube do canal do CMAS Recife.

No dia 08 de Junho foi realizada a pré-conferência da RPA 01, com o ponto de apoio presencial (respeitando as normas sanitárias de combate a covid-19), na Sociedade Bíblica do Brasil e no COMPAZ Dom Hélder Câmara, a transmissão teve início às 13:30h sendo facilitada por **Edson Lima** que saudou todos os participantes presentes na sala do Google Meets, informando as datas da 13^o CMASR e na sequência passando a fala ao Presidente do CMAS, **Sérgio de Souza Cruz**, na sequência fez a apresentação de vídeo da Secretária Executiva de Assistência Social, **Geruza Felizardo**, que afirmou em sua fala - “ A importância do debate da Assistência Social como dever do Estado e da importância do financiamento público para a garantia dos serviços na perspectiva na redução das

desigualdades e da proteção social”. Também fez menção à credibilidade e efetivação da política pública que se dá por meio da construção do debate da Sociedade Civil e Governo.

Em seguida, Edson Lima dá continuidade à apresentação e faz a reprodução dos slides que norteiam o processo da 1º pré-conferência. Antes de iniciar a leitura, o mesmo pede um minuto de silêncio em homenagem ao trabalhador da Assistência Social do Recife José Pedro Lima, lotado no Centro Pop Neuza Gomes e que morreu devido às complicações da infecção pela covid-19, Relembrou a fala do Presidente do CMAS Sérgio Cruz sobre as mortes devido a covid-19 e que essa em especial que toda a todos que lutamos pelo que acreditamos. Em continuação apresentou a pauta elaborada pela Comissão da conferência para o dia com a apresentação das falas do Presidente do CMAS - Sergio Cruz e da Secretária de Assistência Social do Recife - Geruza Felizardo, logo após o tema da Roda de Conversa com o título : **“Assistência Social: Direito do povo, e Dever do Estado, com financiamento público para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social”**, após a explanação dos eixos temáticos da conferência foi realizado debates e na sequência a eleição das/os delegadas/os para a 13º CMASR. O mesmo pontua a importância do processo das conferências no Brasil e de reafirmar o propósito da Assistência Social enquanto política pública, da garantia dos direitos e acesso às políticas setoriais os/as usuários/as e famílias como sendo o principal foco da política, tendo a proteção social a todas/os que dela necessita. A assistência Social é uma política pública com financiamento público e não de benemerência e assistencialista.

Para acesso as demais pré-conferências, segue o link do canal do youtube do CMAS Recife:
<https://www.youtube.com/channel/UCj1QrBSRXuOhsVXhksA8l6Q>





Powered by StreamYard

Você está apresentando para todos

Pré-Conferência Municipal de Assistência Social do Recife

Junho de 2021

CMAS

12º

12º Aniversário da Lei Orgânica da Assistência Social

13:44 | crn-ggbd-gsm

Pré-Conferência Municipal de Assistência Social do Recife - RPA 01 - 2021

Powered by StreamYard

Você está apresentando para todos

Pré-Conferência Municipal de Assistência Social do Recife

Junho de 2021

CMAS

12º

12º Aniversário da Lei Orgânica da Assistência Social

13:44 | crn-ggbd-gsm

Pré-Conferência Municipal de Assistência Social do Recife - RPA 01 - 2021

Powered by StreamYard

Você está apresentando para todos

Roda de Diálogo

"Assistência Social: Direito do Povo e Dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social", com Edson Lima e presentes virtualmente.

CMAS

12º

12º Aniversário da Lei Orgânica da Assistência Social

13:49 | crn-ggbd-gsm

Pré-Conferência Municipal de Assistência Social do Recife - RPA 01 - 2021

Powered by StreamYard

Você está apresentando para todos

Qual Assistência Social estamos falando?

Direitos do Povo

Unidades e Pessoas atendidas

LAIKA

POLÍTICA PÚBLICA!

CMAS

12º

12º Aniversário da Lei Orgânica da Assistência Social

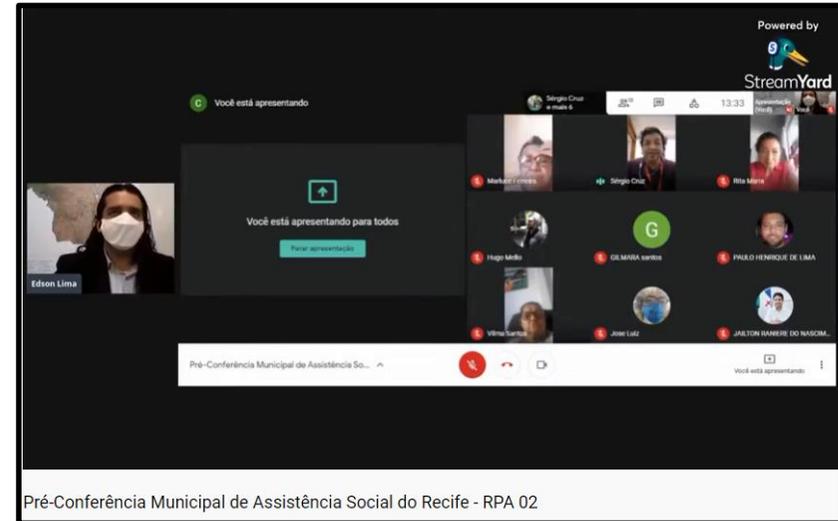
13:50 | crn-ggbd-gsm

Pré-Conferência Municipal de Assistência Social do Recife - RPA 01 - 2021

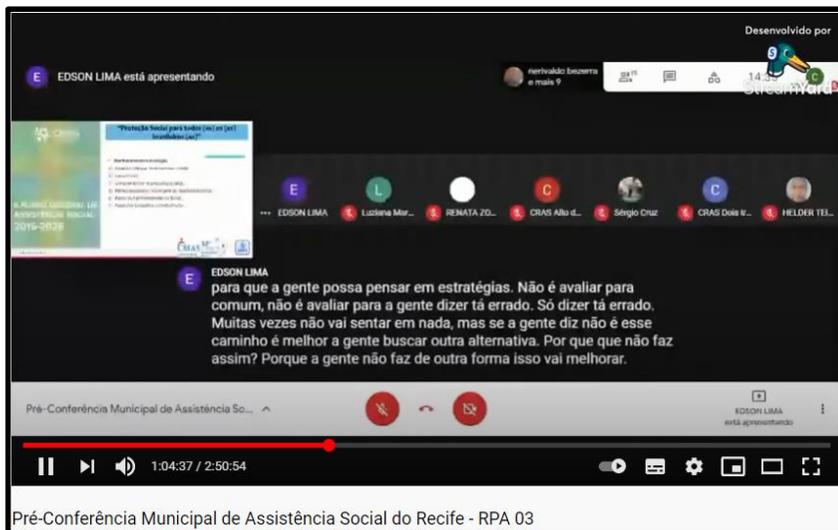




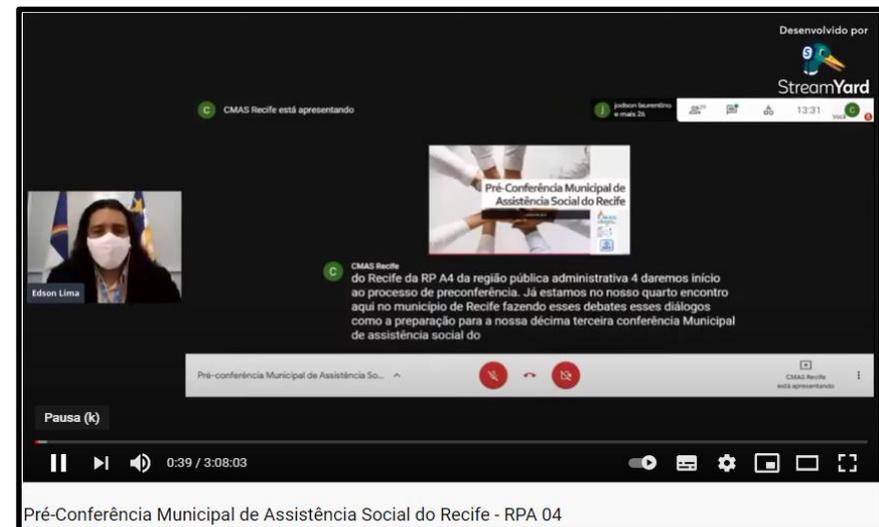
Pré-Conferência Municipal de Assistência Social do Recife - RPA 01 - 2021



Pré-Conferência Municipal de Assistência Social do Recife - RPA 02



Pré-Conferência Municipal de Assistência Social do Recife - RPA 03



Pré-Conferência Municipal de Assistência Social do Recife - RPA 04

Desenvolvido por StreamYard

Você está apresentando para todos

Para apresentação

Edson Lima

14:47 | 1:14:51 / 2:22:07

Pré-Conferência Municipal de Assistência Social do Recife - RPA 05

Desenvolvido por StreamYard

Edson Lima está apresentando

Edson Lima

15:30 | 1:59:21 / 2:33:15

Pré-Conferência Municipal de Assistência Social - RPA 06

SOLENIIDADE DA 13ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Após a saudação do mestre de cerimônia, o mesmo dá início à 13ª Conferência Municipal de Assistência Social do Recife, com o tema “**Assistência Social, direito do povo e dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social**”, tendo como objetivo analisar, propor e deliberar a política municipal de assistência social com base na avaliação local, conhecendo a corresponsabilidade de cada ente federado, e eleger delegados e delegadas para a 14ª Conferência Estadual de Assistência Social de Pernambuco, que irá acontecer em outubro deste ano. Excepcionalmente neste ano fora realizada de forma remota obedecendo as normas da vigilância da saúde, de higiene, segurança e distanciamento social em virtude do estado de Pandemia do covid-19. Houve a composição da mesa de abertura virtual representada pela secretária de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas Sobre Drogas, a senhora Ana Rita Suassuna, o presidente do Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS, senhor Sérgio de Souza Cruz, também tivemos a presença da Dra. Fernanda Nóbrega, promotora de justiça do Ministério Público de Pernambuco, assessora do procurador geral Dr. Paulo Augusto de Freitas Oliveira. Também se fez presente a nossa mesa virtual a Vice-presidente do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, a Sra. Aldenora González. Esteve presente também o Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS PE, e também Secretário Executivo de Assistência Social do Governo de Pernambuco - SEAS, o Sr. Joelson Rodrigues. Compõe também a nossa mesa virtual, o representante do segmento dos/as usuários/as, o Sr. José Nilton. Como também a representante do segmento do/as trabalhadores/as a Sra. Shirley Samico, que também representa o Conselho Regional de Serviço Social – CRESS Pe 4ª Região. Após a composição da mesa virtual foram convidados todos os presentes a ouvirem a execução do hino nacional brasileiro.





Assistencia Social

Para dar as boas-vindas e fazer a abertura oficial da 13ª CMASR , foi convidado a falar o então Presidente do Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS, o Sr. Sérgio de Souza Cruz

Sr. Sérgio Cruz – Presidente do CMAS

Boa tarde a todos e a todas. Eu gostaria de dar um abraço aqui em quem eu já vi, na promotora Fernanda Nóbrega, representando a Procuradoria Geral, a Ana Rita Suassuna, a Joelson, Shirley, e saudar a todos e todas que estão assistindo e participando desse evento.

Nós estamos num momento muito difícil, uma situação que a gente jamais imaginou, por mais que nós tenhamos pensado nisso. Então eu quero começar dando um abraço de solidariedade, fazendo uma homenagem a todos e a todas que foram vítimas, tiveram parentes, pessoas queridas e amadas perdidas, que já pula o número absurdo de 500 mil pessoas. Esses são números de uma guerra mundial, que no começo falava-se isso como exagero, mas a realidade foi mais exagerada do que nossas palavras. Nesse momento crucial, a gente queria lembrar alguns elementos, até pelo título da 13ª conferência, rumo à 12ª Conferência Nacional de Assistência Social, com o tema: “Assistência Social, direito do povo e dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social.”

Nunca mais, nesse país, alguém poderá dizer ou fazer qualquer crítica ao Sistema Único de Assistência Social, e ao Sistema Único de Saúde desse país, que estão previstos na Constituição. Se esse genocídio não tivesse essas duas linhas de defesa, esses números seriam muito maiores. A pandemia não criou nada de novo, as contradições que nós estamos vendo sempre existiram. A gente está com um problema para enfrentar a pandemia, há gente precisa de água, então a gente não tem saneamento no país para as pessoas lavarem as mãos ou tomar banho a contento. Nós temos ônibus e metrô lotados, fora a humilhação diária, agora são pontos de genocídio, porque

as pessoas estão pegando doença nos metrô e nos ônibus, a não ser que você não ande de metrô [...] isso aí também não é nenhuma novidade.

Agora o que a pandemia nos mostra é a intensidade, a velocidade das contradições sociais que foram expostas, e tão expostas que algumas pessoas tenderam a normalizar essa situação, como se fosse uma coisa normal, mas não é, não pode ser e nós não podemos deixar que seja. Então a própria temática deixa para a gente o tamanho do desafio, assistência social, direito do povo, é um direito do povo, está garantido na constituição, que é uma das constituições mais agredidas, falta regulamentar muita coisa, e constantemente a Constituição é agredida, ou seja, as cidadãs e cidadãos são agredidos todo dia. Dever do Estado é obrigação sim, para você garantir a igualdade e a isonomia de direitos, a gente precisa ter garantia de condições. Quem garante as condições e equidade, ou seja, nós temos que investir, o Estado, a União, os municípios, tem que investir mais para quem precisa mais. Eu acho que esse organizativo está posto, para a gente começar. Com o financiamento público, então a gente às vezes reclama, fala do pacto federativo, mas essa Constituição às vezes também é agredida com reformas administrativas macabras, que fragilizam mais o servidor e a servidora pública, então esses servidores e servidoras públicas é que estão na linha de combate à pandemia, e as pessoas estão percebendo isso.

Então essa linha de defesa da assistência passa pela mão de servidores com autonomia, com segurança, para não ficar subordinado a questões outras, além da sua obrigação e do seu dever, e o seu compromisso como a Constituição coloca. E tudo isso para que se nós tivermos equidade, se nós tivermos sociedades organizadas, se nós tivermos tudo isso, nós temos como enfrentar as desigualdades e garantir a proteção social. Então é isso que a gente tem como um norte nessa luta.

Aproveitando aí que está acabando o mandato, tem muita autocrítica a fazer, cometemos erros drásticos e acertamos em garantir as condições de trabalho de nossas servidoras e servidores e dos próprios conselheiros e



conselheiras, nós fomos [...] não é uma gestão da sociedade civil que finda, mas a gente tem um compromisso ainda que quem sentar nessa cadeira seja um usuário ou uma usuária, de todos aqueles e aquelas que fazem o controle social. Então deixo mais uma vez um abraço, espero que hoje todas sintam-se abraçadas e saudar mais uma vez todos e todas. Obrigado.



Sra. Ana Rita Suassuna – Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Política sobre Drogas e Direitos Humanos



Boa tarde a todas e todos. Queria primeiro dizer da alegria da gente de estar fazendo essa conferência, apesar do momento difícil que nós estamos vivendo no país e no mundo todo, e a gente conseguir fazer de forma virtual essa conferência. Não é a mesma coisa, a gente sabe disso, mas eu gostaria de agradecer aqui e cumprimentar todos que estão compondo essa mesa, Sérgio, o presidente do CMAS, agradecer pelo seu empenho e sua dedicação ao conselho durante esse mandato, que se encerra esses dias, agradecer à doutora Fernanda Nóbrega do Ministério Público de Pernambuco, a Joelson que aqui representa o Conselho Estadual de Assistência Social, Aldenora, que vai falar em seguida, que representa o Conselho Nacional, Shirley que representa os trabalhadores aqui nessa mesa, José Nilton que representa os usuários, e dizer que essa mesa tem uma representatividade muito importante, demonstra nossa efetivação, nossa participação nessa política que é tão importante como bem Sérgio disse, se a gente não tivesse tido na linha de frente o SUS e o SUAS nessa pandemia, poderia ter sido pior ainda.

Eu acho que a gente está vivendo um momento atípico, e por incrível que pareça, quando a gente vai para a lógica do pacto federativo tripartite a gente está tendo muita dificuldade a nível nacional com repasse de recursos para assistência social. Nós somos prioridade da lei, mas não somos prioridade na efetividade das ações. Isso é muito ruim, quando a gente vê, em 2020 nós tivemos um corte no orçamento do recurso federal de 40% dos serviços continuados da assistência social em todo o Brasil, e nesse ano nós tivemos 60% dos recursos dos serviços continuados, em média 60% dos recursos. Então assim, é muito ruim a gente estar numa situação dessas, e num momento de pandemia.

É muito complicado você estar fazendo uma política pública, se a gente sabe que não tem os recursos para executar essa política. Dentro do município do Recife a gente está fazendo um esforço de abrir serviços, de ampliar a nossa rede e não fechar a nossa rede. Desde 14 que a gente não recebe recurso federal, ou desculpe, não têm termo de aceite para acessar a ampliação da nossa rede. Então a gente está num momento muito desafiador de pandemia, mas eu acho que todas as instâncias têm feito um papel importante.

O Conselho Nacional tem feito a sua tarefa muito bem-feita, Aldenora, eu queria parabenizar o colegiado nacional, os colegiados estaduais, a gente tem se unido. Eu acho que esse é o momento de união, a gente precisa se unir enquanto povo brasileiro, enquanto nação e enquanto SUAS, em defesa dessa política que atende realmente prioritariamente a população em situação de vulnerabilidade social. E a gente está fazendo essa conferência num momento bastante adverso, mas a gente tem enfrentado eu acho que com muita coesão nesse sentido de a gente estar [...] a gente tem uma frente nacional em defesa do SUAS, tem uma frente estadual, e que muito bem nos representa nessa luta constante, da gente manter a política pública de assistência social viva. É muito importante a gente fortalecer essa política.

Eu não vou me estender, eu até pedi para falar logo, geralmente eu fico para falar no final, porque nós temos uma reunião de secretariado hoje também, coincidiu a mesma data, mas eu também quero fazer um agradecimento ao conselho, a todas as pessoas que compõem o conselho por esse mandato, tanto a representação da sociedade civil como do governo, porque a gente sabe que em todos os momentos nós estivemos juntos, digo nós a gestão, quem representa o governo, e a sociedade civil também apoiando e trabalhando no fortalecimento dessa política sempre.

Agradecer a equipe da nossa secretaria pela organização, pelo empenho para a realização dessa conferência, alguns parceiros, a gente está com a Emprel como parceira nessa ação hoje. A gente tem uma sala dentro do Compaz Ariano Suassuna para atender algumas pessoas que não tem acesso a internet e não poderiam estar

participando de forma mais organizada nessa conferência, e dizer que é um desafio para todos nós, mas que nós nos manteremos sempre firme em defesa do SUAS no nosso município, e sempre trabalhando de forma articulada, sociedade civil e governo. Eu entendo que a gente precisa unir esforços, e não dividir. E contanto, lógico, com as esferas estadual e nacional nesse suporte, eu acho que Joelson, a Secretaria de Desenvolvimento Social tem uma força grande nessa luta, nessas conquistas, dizer que nós estamos à disposição sempre para o diálogo, e que nessa conferência a gente consiga propor e discutir nessa linha de fortalecimento do SUAS, nesses dias que a gente vai ter de conferência.

Não é da forma como a gente queria, presencial, com discussões em grupo, mas vai acontecer, e eu tenho certeza de que o resultado será muito positivo para todas e todos nós. Queria aqui também deixar um abraço para o Prefeito João Campos, para todos vocês, dizer que a gente tem tido como prioridade muito forte a nossa área nessa gestão do prefeito, a gente está conseguindo ampliar a nossa rede de serviço, no nosso processo de discussão do governo a gente vai trabalhar muito para ampliar cada vez mais e fortalecer essa rede em Recife. Boa tarde e muito obrigada. Vou ficar aqui um pouquinho, mas não vou poder me estender muito, porque eu tenho uma reunião como eu disse. Mas deixar um abraço afetuoso para todos, dizer que estamos juntos nessa luta. Muito obrigada e boa tarde.





Sra. Shirley Samico – Representante dos trabalhadores do Suas



Boa tarde a todas e todos. Como fui apresentada anteriormente ,meu nome é Shirley Samico, estou aqui na representação de trabalhadoras e trabalhadores do SUAS, eu sou assistente social, sou conselheira do CREAS de Pernambuco, e queria saudar a todos os colegas e as colegas que estão aqui presentes, Sérgio, presidente do Conselho Municipal, nosso companheiro Joelson, presidente também do Conselho Estadual de Assistência, A Secretária Ana Rita, nossa queridíssima Aldenora do Conselho Nacional, Fernanda do Ministério Público, e o nosso usuário José Nilton que daqui a pouco chega aqui também pra conversar com a gente.

(...) E aí gente, uma mensagem breve, mas que eu também não posso deixar de falar, é que em 2019 me veio na cabeça a nossa Conferência Nacional Democrática, e muitos de vocês estavam aqui presentes, ou acompanhando essa conferência, que foi fruto de uma organização da sociedade civil, e que mostrou toda a nossa capacidade de organização e de luta frente a essa política. Naquela época a gente jamais imaginou que iríamos estar nessa situação de pandemia, mas tem algumas mensagens potentes que eu acho importante a gente destacar aqui nesse momento conferencial. A primeira mensagem, que é muito forte, quem estava lá vai lembrar, é a mensagem que a gente tem uma musiquinha que a gente fazia, usuário junto com trabalhador. Essa mensagem é muito potente, e eu queria dizer que mesmo com a pandemia, a gente percebe o quanto a política de assistência e os trabalhadores foram essenciais para minimizar esses danos dentro dessa crise, sobretudo as populações mais vulneráveis, as populações mais pobres.

(...) Como a assistência foi essencial, e por outro lado, a gente percebe por exemplo, a gente teve aquela pesquisa da covid pela FGV, em que mais de 90% das trabalhadoras e trabalhadores do SUAS do Nordeste tinham medo, eram os que mais se posicionavam com medo, e quando se perguntava porque o medo, as principais dimensões

eram questões por causa do acesso a EPIs, a testes, a processos de educação permanente para lidar com essa contingência, com essas mudanças, mudanças também ligadas à era digital, que a gente teve que aprender a se comunicar não só presencial mas também através das tecnologias, os equipamentos foram fundamentais para isso, e hoje eu faço um destaque principal, que é a questão das vacinas.

(...) Por mais que a gente tardiamente avançou, as vacinas não foram para todos e todas. A gente está com um acolhimento que ainda é um desafio, para a gente garantir a vacinação para os trabalhadores e trabalhadoras. E sem me alongar muito, mas também não deixando de falar, o quanto essa pandemia traz muito a nossa reflexão para o projeto ético político das equipes técnicas e de todos os trabalhadores. Seja pelo desafio da desprofissionalização, que por vezes ficou tênue essa linha, e aí para ser mais clara aqui, eu estou falando dessa relação entre trabalho profissional e solidariedade. A gente percebe muito que muitos trabalhadores ficaram confusos entre o que é ação de solidariedade, de doação, e o que era ação profissional. Então do SUAS, isso era muito caro. A gente para conquistar essa dimensão do direito foi uma luta grande.

(...) Então como a gente precisa estar fazendo todo o processo de educação permanente para garantir o que é direito e o que não é, e como os trabalhadores operacionalizar isso. Aliado a isso, eu destaco a questão da precarização é muito forte em todo o Brasil, e Pernambuco não é diferente, isso compromete a qualidade dos serviços, as equipes mínimas e a sobrecarga de trabalho aumentaram muito na pandemia, aquele público que não pôde trabalhar por ser grupo de risco, terminou que o público que ficou sobrecarregou, e a gente está em 2021 com um cenário diferente de 2020, porque o que a gente percebe hoje, a gente está fazendo um estudo lá pelo capacita que em 2020 aumentou o número de trabalhadores, e 2021 está caindo significativamente. Então isso traz sobrecarga de trabalho, dificuldades em relação ao nosso planejamento profissional, que ele é essencial, a gente não faz política espontânea, bem como o contato com a população, que deve garantir permanente, até porque o serviço e a gestão [...] a gente trabalha na gestão de serviços, então é uma coisa contínua. É diferente



de eu fazer um produto e entregar um álcool em gel, entregar um carro, não. Nossa tarefa é complexa, então assim, cada pessoa, cada família exige uma complexidade de leitura da realidade, e que isso exige qualidade.

(...) É assim que a população avalia uma gestão, é assim que a população avalia aquele serviço público prestado, e se sente cidadão ou não, fazendo parte ou não daquele Estado que garante direitos ou vulnerabiliza muito mais. Então o debate da assistência é um pouco disso, e eu fecho minha fala trazendo uma mensagem importante, sobretudo para a categoria aqui de trabalhadores e trabalhadoras, que é assim: Se algum trabalhador do SUAS em algum momento da sua vida falou essa seguinte frase, que na prática é uma coisa e na teoria é outra, eu faço uma mensagem para que a gente possa repensar a nossa prática, se engajar coletivamente, porque uma coisa é uma opinião individual e outra coisa é a opinião coletiva, fruto de estudos, fruto de organização dos trabalhadores, e que a gente que está na gestão pública, nosso trabalho tem um ganho para a sociedade, então a gente precisa ter muito claras essas dimensões, e eu faço um convite pra gente se engajar nos conselhos de categoria, no fórum de trabalhadores do SUAS, as meninas podem até colocar aí o link das nossas páginas nas redes sociais e os nossos contatos, para que a gente possa se fortalecer e fazer isso em diversos momentos da luta dos trabalhadores e trabalhadoras do SUAS no nosso Estado. Então eu agradeço o convite, e estamos à disposição. Obrigada.





Sr. Joelson Rodrigues - Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS PE, e também Secretário Executivo de Assistência Social do Governo de Pernambuco - SEAS.



Gostaria de parabenizar o Conselho Municipal de Assistência Social do Recife por estar realizando essa conferência, que pelos nossos registros está sendo a primeira Conferência de Assistência Social aqui no Estado de Pernambuco. A gente não tinha até então o registro, e mais do que nunca, fazer uma saudação especial a todos que fazem o CMAS na pessoa do Sérgio Cruz, presidente, A Ana Rita Suassuna, Secretária de Desenvolvimento Social, Juventude, Política sobre Drogas e Direitos Humanos, a Shirley Samico representante dos trabalhadores, a Aldenora Gonçalves, vice presidente do CNAS e a todos que estão nos assistindo. A conferência tem como tema central **“Assistência Social, direito do povo e dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social.”** Isso é algo necessário para reafirmar a importância do SUAS, necessário, e mais que nunca importante de ser conhecido, debatido e fortalecido. No momento que a gente está passando agora, de 2020 e 2021, uma pandemia nunca prevista, mais do que nunca foi evidente isso. Foram evidenciados, cada vez mais, as desproteções, desigualdades, e a necessidade de ter uma política de proteção social. E que infelizmente, a gente não conseguiu dar conta dessas necessidades, das mais diversas, e por isso que muita gente pensou: Como é que nós vamos fazer uma conferência na pandemia, sem conseguir estar junto? De fato, fazer esse momento de forma virtual não é o ideal. A gente perde o calor, a gente perde o olhar nos olhos, mas é mais do que nunca necessário, para que a gente debata, discuta, afirme os princípios dessa política necessária para o atendimento da população. É por isso que a gente conclama, não só em Recife, mas também todo o Estado e todo o Brasil, que façamos nossas conferências de assistência social. Esse é um espaço legítimo de construção coletiva, de participação, em que a gente vai ter direito a voz, a voto, e a gente vai dizer o que a gente quer para essa política no nosso município. E sobretudo, é afirmar que essa política tem que atender a quem dela necessitar, estar preparada para isso. Sem

dúvida, os desafios são muitos, alguns deles já foram elencados aqui por quem me antecedeu, é a reafirmação dessa política que já não estava boa, tivemos dificuldades, estamos passando por um momento difícil na sua estruturação, sobretudo no âmbito do seu financiamento, ou da falta do seu financiamento adequado, das dificuldades no repasse de recursos, das indefinições das ações de programas, sendo definidos sem a devida participação, sem o devido diálogo, e que a gente vem sofrendo quando isso acontece. Eu costumo inclusive dizer, um grande exemplo disso é o próprio auxílio emergencial, algo importante e necessário, sempre defendido por todos nós, mas que sofreu na sua operacionalização, sobretudo porque foi construído sem o diálogo, sem uma construção, não passou pelas instâncias de deliberação e participação, apenas um conhecimento.

Da mesma forma, o próprio bolsa família hoje está ameaçado com possíveis mudanças, e que essas mudanças sequer estão sendo colocadas na mesa para o debate da participação. Mais do que nunca é necessário a gente reafirmar uma política pública construída a várias mãos, por muitas pessoas que passaram e fizeram o SUAS ser essa política importante de proteção, e que tem o espaço de participação, da voz, para a gente ouvir as pessoas que integram, sejam os usuários e usuárias, as entidades, os trabalhadores e trabalhadoras, e o poder público, que está na frente muitas vezes desse processo de gestão. Então, o nosso desejo enquanto Conselho Estadual de Assistência Social, é que a gente aproveite essa oportunidade, cada experiência é importante nessa área, cada experiência pode fazer a diferença, então vamos aproveitar essa oportunidade, porque a gente quer construir uma política importante, e isso vai começar daqui do município, a partir da visão que você tem do seu bairro, da sua rua, do que você conseguiu ou do que você não conseguiu, para isso ir para a conferência estadual que acontecerá em outubro. Esperamos sim contar com a participação e a representação de todos os municípios pernambucanos em outubro, e também que a gente leve uma pauta importante de deliberações para a conferência nacional de assistência social. Esperamos e desejamos isso, porque a gente precisa, e desta decisão, dessa estruturação, depende muita gente. Então a gente espera sim, mais do que nunca, a gente precisa fortalecer o SUAS, esse SUAS importante e necessário, para fazer a diferença na vida das pessoas. Muitas vezes, é a última



alternativa de garantia de vida e de sobrevivência, mas a gente tem que garantir isso como política pública de direito, destinada a quem dela necessitar. Por isso, a gente tem que reafirmar esses princípios e garantir orçamento, garantir condição, como a gente ainda precisa. O desafio é muito grande, de todos e todas, especialmente eu quero fazer um registro importante, a todos os trabalhadores e trabalhadoras do SUAS que mantiveram a sua atuação, não pararam mesmo diante da pandemia, e mesmo assim, até o presente momento, sequer entrou no plano nacional de imunização para a priorização para a vacinação contra a covid.

Em Pernambuco nós avançamos um pouco, uma mobilização importante do SEAS de Pernambuco junto com o CONGEMAS, Colegiado de Gestores Municipais, que fizeram uma importante mobilização, e conseguimos avançar um pouco, autorizando a vacinação dos trabalhadores de CRAS e CREAS, além dos conselheiros de Conselhos Tutelares. Isso foi uma ação de mobilização, mas só aconteceu em Pernambuco, um outro estado também veio em seguida, mas não foi o que a gente desejou. Ainda esperamos e desejamos que 100% dos trabalhadores sejam imunizados, estamos ainda nessa luta, e o ideal, certo, correto, adequado, era que isso tivesse sido incorporado no plano nacional de imunização, e até agora isso não foi feito. Mas vamos firmes e fortes, na luta, nesse entendimento, no acreditar sim, que a gente vai avançar nesses obstáculos, vamos avançar na imunização, vamos avançar na garantia de direitos, na recomposição orçamentária tão importante e fundamental, na garantia e na defesa do sistema público que nós temos, porque dele precisa muita gente, como acabamos de falar.

Enfim, desejo a todos e todas uma ótima conferência, aproveito também para dizer que estou terminando aqui o meu mandato na qualidade de presidente CEAS de Pernambuco, estamos inclusive em processo eleitoral para representação da sociedade civil, a partir de agosto vamos ter outra presidência, mas vamos continuar no conselho, continuar na secretaria, e podem contar conosco sempre. Um abraço grande.







Sra. Dra. Fernanda Nóbrega, promotora de justiça do Ministério Público de Pernambuco

Boa tarde a todas a todos, eu me encontro aqui na condição de representante do procurador geral de justiça, que no momento está em um compromisso, ainda que virtual, mas em Brasília. Falo da minha alegria de participar dessa conferência, pois sou promotora de justiça em Gravatá, e sei da importância da rede de assistência social, porque agora mais que nunca, mas reconhecendo que esse trabalho sempre foi exercido com dificuldade, mas com muito afinho, e muito necessário. Pois, como promotora do interior, “ai de nós” se não fosse a rede de assistência social em vários aspectos, em várias iniciativas, em várias empreitadas e em vários problemas que enfrentamos no dia a dia. Eu gostaria de saudar a secretária de desenvolvimento social Ana Rita Suassuna, em nome de quem saúdo toda a mesa de abertura desse grandioso evento. Feliz, porque mesmo com a dificuldade da pandemia a conferência não deixou de se realizar, porque sabemos que em uma rede de assistência social azeitada, trabalhando fortalecida, a população sofre menos, e conseguimos atingir, e de certa forma amparar e direcionar os mais vulneráveis. Como representante do procurador geral, eu tenho a alegria de dizer que essa gestão do Dr. Paulo Augusto vem com uma proposta de inclusão dos mais vulneráveis, de inclusão dos menos assistidos, de inclusão das minorias. E para tanto, em pouco mais de seis meses, nós já avançamos bastante nesse quesito, de inclusão.

Temos a Dra. Dalva Cabral, que todos aqui devem conhecer, à frente do nosso CAO de cidadania, uma profissional aguerrida, e que alcança todas essas searas da cidadania com seu trabalho, com sua disposição, exercendo uma função, digamos, ingrata, mas com muita competência, e com muita boa vontade. Nós até [...] aproveito aqui o momento para anunciar que o Ministério Público criou, e foi publicado semana passada, a criação

do Núcleo de Segurança Alimentar, já avisando, fomentar políticas e iniciativas para auxiliar no combate à fome e na garantia de alimentação segura para as pessoas em situação de vulnerabilidade.

Nós também, no Ministério Público, estamos em tratativa com o governo municipal para o compartilhamento de um aplicativo que facilitará muito o trabalho da rede de assistência social, quando através dele nós poderemos identificar pessoas, famílias em situação de vulnerabilidade, e acompanhar todas as providências, todas as medidas que poderão ser tomadas para melhorar e fazer um encaminhamento relativo à situação delas. Ainda está em tratativa, mas eu creio que até o final do ano nós estaremos com esse aplicativo rodando no município do Recife, que será o município piloto, e posteriormente será multiplicado para todo o interior do Estado. Eu fico muito feliz em estar aqui representando o procurado geral, e também outra notícia, nós estamos em conjunto com o município do Recife, será pioneiro também no orelhão digital no Estado de Pernambuco, Recife e Caruaru, e nós teremos uma sala de inclusão digital em um dos Compaz, em dois Compaz se eu não me engano, eu só não sei o nome deles agora, de quais serão, mas também já está em fase de tratativa a instalação desse orelhão digital, que é uma forma de proporcionar às pessoas que não tem internet ir à tecnologia, a possibilidade de participarem e de realizarem ou acionarem serviços essenciais pela internet. Então era isso que eu tinha para falar, que agradecer, dizer que observando daqui, digamos que da minha promotoria de Gravatá, a assistência social durante toda a pandemia realizou um trabalho de excelência mesmo com todas as dificuldades, e dizer da necessidade de que esse trabalho continue, e coloca o Ministério Público à disposição, através das promotorias de cidadania da capital e também do CAO de cidadania, para o que se fizer necessário para a manutenção dessas políticas e para a implementação de outras que se fizerem necessárias. Muito obrigada e boa tarde a todas e a todos. Bom evento.





Aldenora González Vice-presidente do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS



Boa tarde a todos e todas. Bom, primeiramente eu quero aqui já muita solidariedade a todas as pessoas que perderam alguém querido para essa batalha. Eu sou mulher, parda, sou descendente do povo marajoara, tenho os cabelos negros, às vezes ondulados na altura aqui dos ombros, tenho os olhos puxados e castanhos, uso óculos, estou de vestido jeans, e atrás de mim tem uma parede branca ao fundo. Eu sou usuária dessa política, da política de assistências social, e eu repito em todos os lugares que eu vou que eu estou usuária por ter sido vulnerabilizada pelo estado brasileiro, porque ele precisa assumir esse compromisso comigo e com todos os outros. Eu quero aqui fazer uma saudação especial a todos que compõem essa mesa de abertura, em nome do CNAS, eu saúdo os conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social, que mantém o controle social de pé aí na pessoa do nosso companheiro Joelson, e para todos os conselhos municipais também, que com certeza deve ter outros conselheiros participando, que conseguem fazer defesa do SUAS de forma forte, para que ele seja forte e democrático.

Saúdo todos os conferencistas que nos acompanham pelo youtube, em especial obviamente os usuários, que são a razão da existência dessa política. A gente não tem dúvida de que é um grande desafio para todos nós, municípios, estados, para o conselho nacional, com certeza é um grande desafio a realização desse processo conferencial, mas a gente não teve nenhuma dúvida, não surgiu uma dúvida sequer se a gente deveria ou não realizar. Porque esse período da pandemia, ele revelou muito mais a fragilidade em que se encontram as políticas públicas no Brasil, em especial a política de assistência social, por esse sucateamento dos equipamentos, pela ausência de recursos que ficam aí pingando, desde 2016 que a gente vem vivenciando esse processo de desfinanciamento dessa política, então a gente acreditou que era muito mais importante realizar a conferência, assumindo o compromisso, acreditando no compromisso de todos que defendem o SUAS, para que a gente possa

de fato tecer um grande debate, escutando a todos com reponsabilidade, para fortalecer esse sistema que é tão importante na vida dos brasileiros.

Eu não vou me alongar, estou querendo realmente fazer essa saudação de forma muito breve, porque daqui a pouco eu vou falarei, então para concluir, eu quero reafirmar a vocês o compromisso do CNAS em garantir a realização a 11ª Conferência Nacional de forma virtual, mas com muita transparência, com muita sensibilidade, respeitando a participação de todos os delegados eleitos nas conferências estaduais, sejam do governo, sejam da sociedade civil. Então eu quero lembrar aqui, a trabalhadora trouxe uma memória muito bacana, achei interessante, ela lembrar da 11ª Conferência de Assistência Social, na verdade foi a conferência democrática, que o governo federal lamentavelmente cancelou, e nós, de forma muito corajosa, juntamente com diversos atores e 22 estados brasileiros conseguimos realizar a Conferência Nacional Democrática. E aí eu quero terminar também com a fala que ela trouxe sobre a importância de estarmos juntos, trabalhadores e usuários. Não é só importante, é necessário. É necessário que trabalhadores e usuários estejam juntos, ombreados, mesmo, comprometidos com essa política. Não dá mais para permitir que o usuário fique lá na ponta como coitadinho.





Aldenora González - CNAS



José Nilton - Representante do segmento dos/as usuários/as

Uma boa tarde a todos e todas. É com muito prazer e satisfação que a gente está aqui, reverberando nessa conferência, o que de melhor a gente enquanto parceiros, de partícipes de fato desse processo de construção, nessa labuta, no que se diz respeito ao cuidado e à liberdade, ao acolhimento dos profissionais que são de fato aqueles que nos credenciam para que hoje estejamos aqui. Profissionais esses que nos deram uma sobrevida, nos deram autonomia, que há 10 anos atrás nos acreditaram, nos credenciaram de fato para que pudéssemos estar aqui hoje nesse processo de empoderamento e de visibilidade. Quero aqui saudar a todos presentes na pessoa de Serginho, meu amigo e companheiro, quero aqui saudar a todas e todos na pessoa de Ana Rita Suassuna que nos precedeu a fala, e quero dizer que falo hoje no lugar de autonomia, de respeito, conseguido através de muita luta, muita labuta, através de várias lutas libertárias, onde através de um processo de cuidado, pude perceber que a culpabilidade imposta através dessa tripartite governamental, os estigmas e os demais que nos ferem, que nos apartam, seja ele de gênero e grau, que não possa de fato exercer a função de sujeito enquanto detentor de seus direitos, falo do lugar do papelão, falo do lugar de quem já dormiu na rua, de quem já morou na rua, de quem passou por ela, falo do lugar de quem passou pelo manicômio, de quem resistiu a eletrochoque, a camisa de força, mas falo de um lugar também, hoje, de que se não tivesse passado por isso com certeza aqui eu não estaria.

Falo do lugar do usuário, dessa rede de profissionais que nos acolhem com ciência e a tecnologia, do afeito e dos vínculos afetivos fortalecidos. Amo o estado de Pernambuco, por onde passo deixo nosso legado, amo essa cidade de Recife que me adotou, amo aquilo que faço, e me orgulho de onde vim, onde estou e para onde vou.

Mas falo também de um local de usuário que se dá ao respeito porque o instinto é coletivo, e essa coletividade a gente aprendeu através de profissionais do “naipe” dos que aqui estão nessa seara, na assistência social sendo de fato exercida em um modelo antimanicomial e antiproibicionista. Quero aqui dizer que hoje nós estamos com a representação na ONU, pela segunda vez, no que se diz respeito a representatividade de fato do usuário empoderado. Isso é a rua de Recife, isso é a rua de Pernambuco, isso é a rede de fato atuando. Sempre como eu costumo dizer nas conferências, fóruns, de que nós não somos o movimento da saúde mental, nós somos a saúde mental em movimento. Isso difere muito, isso difere porque é justamente a quebra do paradigma e a quebra da linha limite na qual o diálogo é exercido, é quando em mente e diante de uma parcela democrática de profissionais que se encontram atuando e resistindo a todo esse desinvestimento que está aí, é que nós estamos aqui para reverberar que hoje a nível de Nordeste, nós somos representantes da WAPR Brasil que é a associação mundial de reabilitação psicossocial, nós estamos hoje enquanto representantes, eu e o representante Jailson e os demais companheiros da coordenação nacional, aqui do movimento nacional da população em situação de rua, e nós recriamos as estratégias na prática de cuidados em um momento pandêmico a exatos um ano e dois meses atrás, quando se inicia todo esse processo de pandemia a nível mundial, e ao chegar na América do Sul, especificamente no Brasil, com a situação eu a gente se depara hoje, no momento nos reunimos no Armazém do Campo, em uma ação chamada marmitta solidária, e a partir do afinco, do apoio, das rotas de distribuição da marmitta, é que chega também a academia junto do movimento da rua, e nos trás uma proposta de criarmos o Ruas Museu.

O Ruas Museu hoje é um dispositivo criado e gerido por nós, usuários e usuárias, e ex-moradores de rua, especificamente de Pernambuco, mas oriundo de Recife, e em Recife. Então hoje nós somos um instituto, nascido gerido, de autorrepresentação, em um momento pandêmico, e isso é importante. Recriar a prática de cuidado nas estratégias de território, em rede, através da força dos usuários, junto com a academia. Então, eu posso aqui trazer as nomenclaturas todas que a gente faz parte, porque o instinto é coletivo, seja ABRASME, seja RENILA,



seja o Núcleo Libertando Subjetividade, a Associação Corpo de Lama, nós fomos também o primeiro usuário do Brasil a ocupar a presidência de um Conselho de Políticas sobre Álcool e sobre Drogas, então tudo isso tem que ser reverberado, falado, registrado, nessa potencialidade do afeto catalizador proporcionado por esses profissionais da assistência social, que outrora pegamos o microfone, fomos à prefeitura, fomos aonde quisermos e onde pudermos chegar para defender esses usuários e esses profissionais, porque foram eles que acreditaram em nós, são eles que acreditam na gente, então a gente decide não largar a mão deles, porque não é aceitável que num momento pandêmico, uma equipe de ponta, que lida com a gente diuturnamente em um território, nos dispositivos da rede, onde essa rede também vem sendo historicamente desassistida, onde a gente vê aí setores da pseudo sociedade pernambucana se empoderando oportunamente, falo no que se diz respeito dos manicomialistas de plantão, que nos levam como se fossemos ovelhas para matadouro em um momento pandêmico, para pseudo espaços de cuidado que tem as nomenclaturas de comunidade terapêutica e coisa e tal.

Quando a chega na esfera federal, a gente se depara com uma figura chamada Osmar Terra, que vai para os meios sociais, para as redes sociais, dizer que sua terapia, seu mantra, é o ECT, a eletroconvulsoterapia. Então, a gente percebe o quão grande, e importante, e valoroso e valorosas são os profissionais que lidam com a assistência social. Se não fosse por eles, dentro de um momento pandêmico que nós estamos passando, o que seria de nós? Então, como o nosso dizer e o nosso fazer, como o nosso querido Paulo Freire saudosista, que não mais está presente com seu corpo, mas está em cada um de nós, com seu espírito e com a sua verdade. A prática e a teoria têm que andar lado a lado. Então é isso que a gente tem praticado e tem feito. Temos feito, de fato, o diferencial, junto com esses profissionais que nos amam, porque trabalhar nas condições que esses profissionais trabalham, e nem sequer se lembraram de uma situação como essas, de pandemia mundial, estar credenciado para a vacina, é um ato genocida. Então, nós estamos aqui para agradecer mais uma vez a cada um e a cada uma que aí está e que não puderam aqui estar. Nenhum passo atrás, manicômios nunca mais, nada sobre nós sem nós. Um abraço a todos e todas, e estamos aqui para o que der e vier.

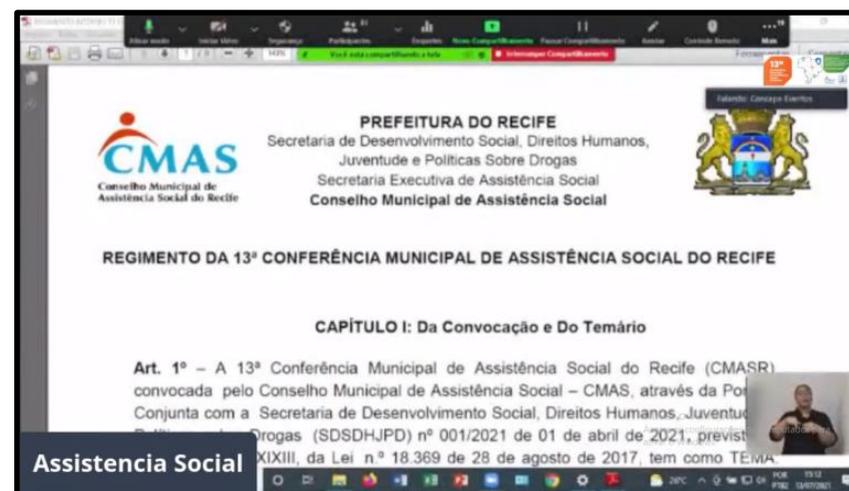
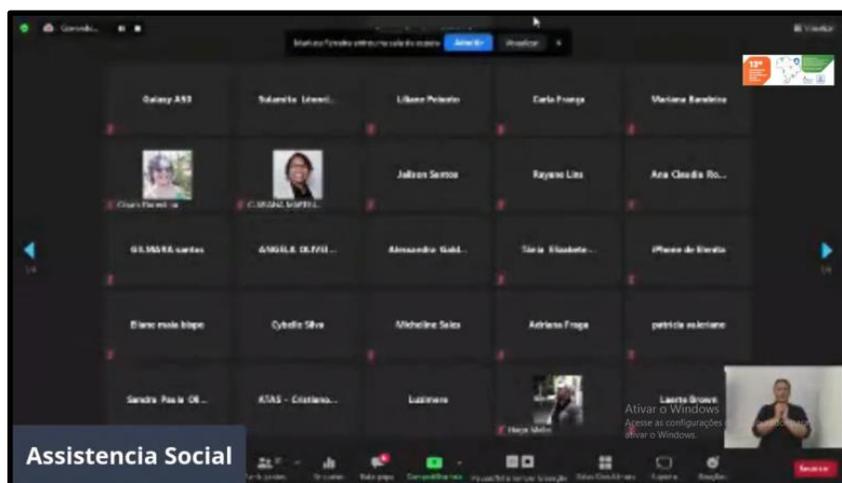




JOSÉ NILTON

13°
Acesso às configurações do computador para
ajudar o Windows

Nesse momento é dado a continuidade a solenidade e em nome do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, a Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas, e também a Prefeitura do Recife, agradecemos a todos e todas que fizeram parte da nossa solenidade de abertura dessa nossa 13ª Conferência Municipal de Assistência Social do Recife. Muito obrigado pela participação de todos vocês, e vamos agora na sequência dar início a leitura e aprovação do regimento interno da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social do Recife. Para isso, nós queremos convidar mais uma vez o senhor Sérgio de Souza Cruz, que é o presidente do CMAS, para dar início a essa etapa técnica da nossa conferência.





Concluída a mesa da solenidade de abertura, foi dado início a palestra magna ministrada pela **Aldenora González Vice-presidente do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS**

Boa tarde a todos e todas, parabéns pela aprovação do regimento interno. Neste momento eu quero trazer aqui pra vocês algumas considerações que foram bastante discutidas no CNAS no momento da construção dessa conferência, que são importantes a gente dividir com vocês. Nesse 2021, o tema da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social, como já foi dito anteriormente, que a assistência social é um direito do povo, dever do Estado, com financiamento público e enfrentando desigualdade e garantir a proteção social. Então é muito importante a gente lembrar e relembrar que nas últimas reconhecimento da assistência social como política pública, principalmente como política pública de direito, e simultaneamente garantidora, foi impulsionado, dentre diversos outros aspectos, pelo próprio avanço do ordenamento jurídico brasileiro, pelo reconhecimento do papel do estado na provisão da proteção social, especialmente na não contributiva, e pela emergência não só nos quesitos [...] (falha na gravação), que exigiram da política uma grande evolução para poder comportar essa atenção, exigindo em particular, neste momento.

E esse processo também foi fortemente influenciado, quem esteve presente sabe, pelas lutas dos movimentos sociais, em particular da sociedade civil, que foi ancorado justamente na participação social que tem marcado essa trajetória da política de assistência social, e que resultou no que eu considero em gigantes conquistas de direitos, a exemplo da inclusão do BPC, do Benefício de Prestação Continuada na Constituição Federal, e da

atenção à população em situação de rua na Lei Orgânica da Assistência Social, da nossa LOAS. É importante lembrar também que após a aprovação da Política Nacional de Assistência Social, lá do primeiro plano decenal de 2005 a 2015, e daquele nosso Decálogo dos Direitos Socioassistenciais que foram fruto do processo participativo, das conferências, a partir daí, inúmeros avanços e desafios se colocaram à política nesse percurso, consolidando a assistência social como política pública garantidora de direitos, e aprimorando as suas ofertas de forma a torná-las mais próximas da realidade e das demandas da população brasileira, lesada pela Lei 12.435 que é a nossa chamada Lei do SUAS. Ela representou um marco histórico, e traz assim importantes mudanças dos aspectos mais relevantes da construção do SUAS, porque permitiu a discussão, o aprimoramento, a construção da norma operacional básica do SUAS lá em 2012, pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

E já o segundo Plano Decenal de Assistência Social de 2016 a 2026 que a gente aprovou na conferência de 2017, a partir de uma análise do Estado, da consolidação do SUAS, das demandas da população e das perspectivas para a próxima década, foram lançadas importantes diretrizes para nortear as prioridades dessa política, e essas diretrizes devem orientar os processos de planejamento, os instrumentos de gestão da política, os pactos de aprimoramento do SUAS, os planos de assistência social e os planos plurianuais também, os PPAs. Então todo esse arcabouço já construído, considerando a aprovação do segundo plano decenal, da conjuntura para a conferência de 2021, a assistência social como direito do povo e dever do estado, mas em particular, com financiamento público, porque não tem, não existe como enfrentar as desigualdades, garantir proteção social, se não existir recurso. Então esse é um debate muito espinhoso, eu diria, mas que é extremamente necessário.

A gente precisa enfrentar isso, dialogar sobre financiamento público para essa política tão importante, tão necessária para a vida de milhares de brasileiros. Então é necessário que a gente faça esse grande debate, com muita profundidade inclusive, em relação a qual o orçamento necessário para que a política de assistência social possa permanecer. Porque a gente sabe que existem inúmeros problemas, justamente pela ausência, pelo desfinanciamento dessa política. Então para além de reafirmar o papel da assistência social como política

garantidora de direitos, dessa necessidade urgente de dar visibilidade à contribuição para a sociedade brasileira, esse tema da conferência traz justamente os usuários para o centro do debate. Então nesse sentido, essa 12ª Conferência Nacional dá justamente a continuidade para aquela perspectiva adotada pelo Segundo Plano Decenal, de eleger os usuários, a sua realidade de vida, os seus direitos como centro do debate, justamente do planejamento da política de assistência social, de modo que para favorecer esse processo de debate, foram organizados 5 eixos, que eu vou ler aqui: O Eixo 1 é “*Proteção social não contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais no enfrentamento das desigualdades sociais*”; O Eixo 2 é “*O financiamento e orçamento como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidade dos entes federativos para garantia dos direitos socioassistenciais*”; O Eixo 3 traz o controle social, “*O lugar da sociedade civil no SUAS, e a importância da participação dos usuários*”; O Eixo 4, traz a “*Gestão e acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantia de direitos socioassistenciais e proteção social*”; E o Eixo 5, “*Atuação de emergência*”.

Então, a definição de cada um desses eixos e seu conteúdo foi justamente elaborada em diálogo com o segundo Plano Decenal de Assistência Social, e a opção por esse diálogo com o segundo plano decenal tem justamente o objetivo de dar a continuidade aquele processo da 11ª Conferência Nacional, considerando todo esse debate sobre o tema de 2021, o acúmulo alcançado com a análise do estágio que se encontra hoje o SUAS, das necessidades desse momento de pandemia, mas principalmente das capacidades da resposta da política, apontando para as perspectivas apontadas pelo plano decenal. Então, são temas instigantes, necessários, que a gente precisa de fato olhar de frente com muito comprometimento, para que a gente possa alcançar minimamente a necessidade que a população está exigindo nesse momento das políticas públicas. E essa opção também pelo plano decenal, teve também o objetivo de impulsionar o conhecimento e o debate acerca do plano decenal. Tem muitos municípios, têm muitos estados que não estão dialogando com o segundo plano decenal. É necessário que estados e municípios também realizem seus planos, estabeleçam suas metas, recebam as orientações,





adaptem as orientações do segundo plano decenal. Então, portanto, essa incorporação no planejamento da política das três esferas é para se assegurar justamente a implantação das prioridades para a próxima década. Se a gente não se planejar, se a gente não se organizar, como é que a gente vai conseguir vencer esses enormes desafios que estão postos aí para a gente? Então é importante que a conferência seja justamente um momento de estudo também. Um aprofundamento do conhecimento acerca desse segundo plano decenal, olhando, como lembrei aqui da palavra do Joelson lá na abertura, olhando para a realidade das situações identificadas nos territórios.

Então o momento de realização das conferências é uma grande oportunidade para se avaliar em que medida a gestão compartilhada tem sido cumprida e assumida como responsabilidade de política pública por todos aqueles envolvidos, principalmente como condição para a consolidação do SUAS, para garantir os direitos dos usuários, para garantir a proteção especial não contributiva, para a construção da equidade e para a redução das desigualdades, e também para organizar a ação das ofertas, de modo que sejam condizentes com as demandas da população brasileira, e para a condição da política de assistência social para a melhoria das condições de vida e o empoderamento dos usuários. Isso aí é fundamental, que é a contribuição desse debate seja para melhorar o empoderamento dos beneficiários dessa política. Eu quero inclusive falar um pouco mais justamente sobre isso, eu quero falar sobre o desafio ao lugar da sociedade civil no SUAS e a sua importância, a importância da participação dos usuários.

Então, as entidades, trabalhadores e usuários por dentro de suas representações, são essa sociedade civil de quem a gente fala, e que elas tenham, que essa sociedade civil tem um estado democrático de participação que está reservado no SUAS. Então, se juntos nós não podemos tudo, mas a gente pode se unir, eu chamo de uma aliança estratégica por um SUAS melhor. Nós podemos nos multiplicar em número de representações, em vozes no cotidiano por dentro dos serviços, junto a todas as outras instâncias do SUAS, e que são muitas. Nós temos muitas instâncias no SUAS, e elas precisam ser ocupadas. Ocupadas com representações firmes, fortes,

dinâmicas, comprometidas, que essas representações oportunizam justamente a construção do protagonismo e das lideranças dentro dos espaços. Nós ainda encontramos, e eu falo nós enquanto usuários, por exemplo, encontramos diversas interpretações que se esforçam em não legitimar e apoiar a representatividade dos usuários. Que não incentivam, para que todas as vezes, por exemplo, em que houver a necessidade de representar um coletivo, há necessidade de uma assembleia, uma reunião, onde esses pares deliberem por quem irá representá-los. Porque assim, caso a pessoa desista da representação ou saia da condição de usuário, saia pela porta da frente, de preferência, haverá uma outra tomada de decisão.

Porque a gente, o CRAS, o CREAS, o centro, os abrigos, como equipamento público, eles não podem ser eleitos. Então é necessário orientar para que nos processos eleitorais não se aceite essa representação do coletivo, porque o coletivo não pode pertencer ao equipamento ou ao Cadúnico, não quer dizer que o usuário representa o coletivo. O usuário por si só não se representa. Então, portanto, as assembleias, os fóruns de deliberação devem ser sempre legitimados, acompanhados de documentos para que os usuários possam fazer essa representação. E no processo conferencial não pode ser diferente, não dá para ter outros atores fazendo a representação do usuário. O usuário precisa ter voz, ele precisa de fato dizer qual é a dor, onde é que lhe dói mais, é ele, com muita propriedade, o que ele sente, quais são os problemas existentes naquele território. Então é importante que não haja outras pessoas fazendo a representação dos usuários dentro das conferências. A gente reconhece, sabe que falta muito, mas a gente também sabe que muito já foi feito para superar essas velhas concepções, esse legado assistencialista na assistência social. Mas para sair dessa lógica do favor, da falta de profissionalismo na área da assistência social é que foi estruturado o SUAS, que está presente hoje em todo o território nacional.

Então não é pequena conquista histórica da assistência social ser um direito. Também não é pouca coisa que haja o SUAS para operar esse direito. Por isso o SUAS está estruturado com comando, a responsabilidade principal pelas ofertas, mas também é integrado pelas entidades e organizações da sociedade civil que são parceiras históricas e que prestam atendimento especializado para os usuários, para a política pública. Voltando





aqui um pouco para os eixos, em particular para o eixo 3, por que eu considero que não há conferência, não há participação, não há controle social se a gente não se interessar, se preocupar em fazer valer o que pede esse eixo 3. E a ementa, os desafios, toda aquela argumentação está lá naquele informe 1 do CNAS, ele chama justamente a atenção para o debate sobre o direito a participação, e aí a gente fica se perguntando de que forma de participação nós estamos falando. Qual é a qualificação necessária para exercer esse protagonismo e o controle social? Como deve ser a relação entre os trabalhadores e usuários para garantir esse direito? São interrogações necessárias, que a gente precisa dialogar, porque se o usuário estiver empoderado, se o usuário tiver informação, se ele tiver conhecimento, se ele tiver a participação, os trabalhadores também se fortalecem, porque há um vínculo, há uma relação muito forte entre nós, trabalhadores e usuários. A gente tem uma relação que não é só profissional.

Quando o trabalhador atende o usuário, ele também estabelece uma relação de afeto, ele conhece a vida daquela pessoa, profundamente inclusive. Então é necessário que a gente faça esse debate para que a gente possa estabelecer uma relação respeitosa, forte, para que a gente se fortaleça muito mais, trabalhadores e usuário. Voltando lá para o início, na Conferência Nacional Democrática de Assistência Social, a gente ensaiou, fizemos um grande ensaio da importância de trabalhadores e usuários estarem unidos, de que a luta já tinha começado, e que trabalhadores e usuários estariam juntos. Estamos mesmo, gente? Nós estamos juntos? Como é esse junto? Vamos pensar nisso! Não é aqui puxão de orelha em ninguém, pelo contrário. Nós queremos nos emparceirar, estar juntos para a gente dinamizar essa política, para a gente fortalecer essa política, para a gente fazer o enfrentamento, para a gente fazer incidências. Nós somos milhares de brasileiros usuários dessa política, olha o exército que existe nesse Brasil, só precisa empoderar esse exército, dar o subsídio necessário, a formação necessária para que esse exército fique forte e assuma essa trincheira de luta. E o conselho, que são os guardiões das deliberações, das diretrizes para as conferências, que são as diretrizes que apontam os rumos para

efetivação, aprimoramento e qualificação do SUAS, também tem que estar atento a isso. Também precisa dar VOZ.

Dar voz não só ao usuário, dar voz aos trabalhadores. A gente sabe que tem trabalhador que tem dificuldade de participar dentro dos conselhos porque não são liberados dos seus trabalhos, porque há um conflito muito grande às vezes com as representações, então é necessário que a gente comece a olhar também para dentro das representações por dentro dos conselhos, na qualidade de guardião da política pública. Os conselhos têm uma responsabilidade enorme, e precisam assumir essa responsabilidade.

E os delegados e delegadas da conferência social, qual é a responsabilidade? Tem uma missão importantíssima, para direcionar justamente a consolidação das leis municipais, da lei estadual, justamente em consonância com as normativas do SUAS. Então cabe ao Conselho de Assistência Social, e aí é bom estabelecer, metade governo, metade sociedade civil, com a proporcionalidade trabalhadores, usuário e entidades por dentro da sociedade civil, dialogar muito, definir sobre o SUAS no cotidiano, de acordo com as competências do ente federativo, então cabem às conferências também realizar um debate livre e muito criativo como está acontecendo aqui nesse momento. A pandemia estimulou a nossa criatividade, fez a gente se superar na criatividade, para que a gente possa decidir justamente quais as diretrizes que nós queremos apontar para o SUAS. Então, em outras palavras, avaliar ou conferir o que de fato está ocorrendo na sua localidade, no seu município, no seu estado, no seu país e dizer, dizer não, melhor deliberar, deliberar sobre a assistência social do futuro, para os brasileiros que dela necessitarem. E isso tem a ver com não deixar passar fome, com não deixar sofrer abandono, com liberdade para ser feliz, voltado para assumir o protagonismo na construção dessa política, dessa história de desenvolvimento e de inclusão plena. E pensem sobre essas seguranças. Os programas por exemplo, os projetos, serviços, os benefícios do SUAS, eles estão realmente atendendo a essas seguranças? Está institucionalizado? E os orçamentos, eles são condizentes com a demanda? Não está na resposta, a gente sabe que não, mas a gente precisa discutir isso. Ou seja, não se trata de criticar para jogar fora a água, a bacia e a criança não. Trata-se da



gente acolher ideias e seguir em frente. É necessário que a gente faça sempre esse diálogo de forma muito fraterna, olhar de frente não dá para a gente fazer um debate vazio. É necessário que a gente dialogue com muita calma, com muita responsabilidade com muita seriedade, para que a gente de fato possa superar os desafios que estão postos. Essa política merece, e nós, que nos colocamos à disposição para estar nos conselhos, para estar dentro das conferências, nós assumimos essa responsabilidade. Temos a responsabilidade de fazer o debate de frente, para melhorar [...]





RESULTADO DA PLENÁRIA FINAL

Deliberações da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social do Recife 2021

EIXO 1: A proteção social não-contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais no enfrentamento das desigualdades

Municipal:

1. Implantar a Política de Comunicação do SUAS, a fim de garantir e ampliar a equidade no acesso dos serviços socioassistenciais.
2. Implantar o plano de educação permanente da política do SUAS no Recife, através da reativação do Núcleo Municipal de Educação Permanente do SUAS".

Estadual:

Reafirmar o Pacto Federativo, conforme previsto na CF 1988 com ênfase na atuação das comissões Bipartite, garantindo que o Estado cumpra seu papel perante os municípios (financiar, coordenar e executar).



Nacional:

Ampliar a divulgação de informações e assegurar o acesso presencial e territorializado das famílias ao CADÚNICO considerando a importância e o reconhecimento das especificidades e demandas de cada família.

EIXO 2: Financiamento e orçamento como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais

Município:

1. Garantir na previsão orçamentária a implementação do Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos (PPCV) do município do Recife para o PPA 2022- 2024.
2. Instituir um piso de no mínimo 10% do orçamento geral do município para a Política de assistência social garantindo a ampliação da concessão dos benefícios eventuais e reajuste anual, em janeiro, pelo IGPM, adequando para 500 reais o aluguel social, em articulação com a política habitacional municipal.

Estado:

Instituir um piso do financiamento de no mínimo 2% do orçamento geral do Estado para o SUAS , indicando a instituição de um bloco de financiamento para um Programa de Gestão e melhoria da Qualidade dos equipamentos do SUAS, a exemplo do que acontecia no Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ).

União:

Instituir um piso mínimo para a Política de Assistência Social sendo no mínimo 5% união, 2% estado e 10% municipal e garantindo o reajuste inflacionário dos blocos de financiamento, além da garantia de que os repasses aos municípios e estados sejam ordenados dentro do mês da sua execução.

EIXO 3: Controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS e a importância da participação dos usuários.

Municipal:

1. Garantir no planejamento de gestão, estratégias para o fortalecimento do controle social, prevendo capacitação e apoio logístico (passagens, alimentação, equipamentos para inclusão digital e liberação dos trabalhadores) e a criação de dois fóruns municipais da sociedade civil do SUAS, sendo um geral e um específico para crianças e adolescentes.



2. Ampliação de funcionários públicos no quadro permanente dos serviços a partir de concursos públicos, incluindo no quadro de profissionais pessoas LGBTQIA+, negras e com outros marcadores sociais de gênero e território, dentro do que é previsto em lei.



Estado:

Fomentar os Fóruns Regionais da Sociedade Civil (Usuários, Organizações e Trabalhadores) do SUAS e ampliar os processos de formação em controle social, em especial a formação em serviço, com foco nos usuários do SUAS, aprofundando questões estruturais como raça, gênero, geracionais, territoriais, povos tradicionais e as demandas que trazem para a Política de Assistência Social.

União:

Garantir o repasse permanente dos recursos necessários para o funcionamento da política de assistência social, de acordo com a demanda, em especial o IGDSUAS, com o devido repasse de 3% para as ações dos conselhos de assistência social.

EIXO 4: Gestão e acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais e proteção social.



Municipal:

1. Implantar serviços, programas e projetos no âmbito municipal para ações de inclusão produtiva, Centros Dia, Residências Inclusivas, Família Acolhedora e ampliar com novos CREAS, CRAS, Centro POP, acolhimento institucional, albergues noturno, Instituições de Longa Permanência para Idosos/as (ILPI) e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, a partir de estudos/diagnóstico da vigilância socioassistencial em fontes primárias (pesquisa com os cidadãos que utilizam a Assistência Social) e fontes secundárias e com participação das/os usuárias/os através de espaços colegiados, dos trabalhadores e trabalhadoras do SUAS em Recife.

2. Assegurar a contratação via concurso público retomando o processo que foi suspenso e/ou seleção simplificada de profissionais de Direito a fim de garantir a composição que se faz essencial destes profissionais aos serviços executados pelo SUAS Recife, em especial os da proteção especial a exemplo dos CREAS, Centros Pop e casas de acolhida.

Estadual:

Instituir programa de renda mínima municipal com o cofinanciamento estadual de forma a assegurar transferência de renda para famílias acompanhadas pelos serviços do SUAS



União:

Instituir através de alteração da LOAS o critério de 1/2 do salário mínimo per capita para concessão do BPC para pessoas idosas e com deficiência que se enquadrem no perfil de incapacidade com as devidas garantias da avaliação biopsicossocial em caráter presencial por profissionais médicos e Assistentes Sociais.

EIXO 5 :Atuação do SUAS em Situações de Calamidade Pública e Emergências.

Municipal:

1.Criar espaços voltados para o abrigamento provisório respeitando as especificações de acessibilidade, segurança de convívio e proteção; prezando pela descentralização, ampliação e melhoramento dos serviços para o contexto das emergências, desastres e calamidades.

2.Converter o auxílio emergencial municipal em programa de renda básica permanente, visando a ampliação de recursos e o público específico.

Estadual:

Implantar plano de Educação Permanente das/dos profissionais da assistência social e demais políticas setoriais para atuar na gestão do risco integral das emergências e desastres no âmbito da mitigação, prevenção, atendimento emergencial, retomada e reconstrução de vidas.



Nacional:

Criar Plano nacional para a gestão do risco integral das emergências e desastres articulando a proteção social básica e especial para adoção de medidas padronizadas adequadas, contribuindo com as ações e respostas locais, para a efetivação e garantia de direitos.

MOÇÕES

Aumentar valor do Benefício Eventual - Aluguel Social para R\$ 500,00 reais, e garantir também a esse beneficiário/a o benefício Eventual de Cesta Básica mensal, para superar a situação de vulnerabilidade social temporária, como também encaminhar os/as usuários/as a programas e projetos de Inclusão Produtiva e geração de emprego e renda

● GRAVANDO

The screenshot shows a Zoom meeting interface with a grid of participants. The participants are arranged in two rows. The top row includes Adriana Santos, João José da Silva, ELZA BETÂNIA FERNANDES FIGU... (highlighted with a blue border), Dideanne Nunes, and MARIA ANGELA OLIVEIRA SOUZA. The bottom row includes Dora Pires, Mônica Cesaralbuquerque, a placeholder for 'Mais 27 pessoas' (More 27 people), and 'Você' (You). At the bottom, there is a control bar with icons for mute, video, hand raise, chat, and end call. The time and meeting title are displayed in the bottom left corner.

Adriana Santos

João José da Silva

ELZA BETÂNIA FERNANDES FIGU...

Dideanne Nunes

MARIA ANGELA OLIVEIRA SOUZA

Dora Pires

Mônica Cesaralbuquerque

Mais 27 pessoas

Você

19:38 | 3º dia - 13ª Conferência Municipal de Assistênci...



ANEXOS

ANEXO 1

PORTARIA CONJUNTA Nº 001 de 01 de abril de 2021.

Dispõe sobre a convocação ordinária da **XIII Conferência Municipal de Assistência Social** e dá outras providências.

A **SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, JUVENTUDE E POLÍTICA SOBRE DROGAS – (SDSDHJPD)**, em conjunto com o **PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)**, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal nº 17 538, de 28 de agosto de 2017 e suas alterações, considerando a Reunião Plenária Ordinária do CMAS ocorrida virtualmente no dia 25 de março de 2021:

RESOLVEM:

Art. 1º Convocar ordinariamente a **XIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** de forma presencial, híbrida ou remota, com a atribuição de analisar, avaliar e propor diretrizes para o aperfeiçoamento da Política de Assistência Social no âmbito Municipal.

Art. 2º A **XIII Conferência Municipal de Assistência Social** realizar-se-á em Recife, estado de Pernambuco, nos dias **13, 14 e 15 de julho de 2021.**

Art. 3º A **XIII Conferência Municipal de Assistência Social** terá como tema: **“Assistência Social: Direito do povo, e Dever do Estado, com financiamento público para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social”.**

Art. 4º A Comissão Organizadora coordenada pelo Presidente e pela Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), composta por representantes do Governo e da Sociedade Civil e colaboradores/as, definida em Resolução Nº 008/2021 do CMAS, será responsável pela organização da XIII Conferência Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Apoiará a organização da Conferência, a Secretaria Executiva de Assistência Social da **SDSDHJPD**, Secretaria Executiva do CMAS, , a Gerência Geral de Administração e Finanças e a Unidade de Regulação do SUAS.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA RITA SUASSUNA WANDERLEY

Secretária de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e
Políticas Sobre Drogas

SÉRGIO DE SOUZA CRUZ

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social



ANEXO 2

PROGRAMAÇÃO



13ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO RECIFE

Tema: *"Assistência Social: Direito do povo e Dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social".*

Programação

Dias: 13, 14 e 15 de julho de 2021

Horário: 13:00h às 17:00h

Local: Virtual

1º Dia: 13/07/21

12:00h – Credenciamento dos/as Delegados/as à XIII Conferência Municipal de Assistência Social do Recife se realizará a partir das 12:00h às 17:00h do dia 13 de julho de 2021, de forma on-line através do link:

<https://forms.gle/pmRm3L9McbNMg7av7>, entrega de material (será disponibilizado pelas as equipes da coordenação do evento)

13h30 – Solenidade de Abertura 13ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO RECIFE

Execução do Hino Nacional Brasileiro

Palavras dos integrantes da Mesa: Prefeito do Recife; Presidente do Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS, Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas; Câmara Municipal do Recife; Conselho Estadual de Assistência Social; Conselho Nacional de Assistência Social; Frente Nacional Parlamentar em Defesa do SUAS; Frente Estadual Parlamentar em Defesa do SUAS; Promotor Geral do MPPE; Representante de Usuárias/os; Representante de Trabalhador/a.

14:30h – Leitura e aprovação do regimento interno da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social do Recife será realizada, com os/as delegados/as que estiverem presentes no ambiente virtual, independente do quantitativo.

15:00h – Lanche (Usuárias/os) / Intervalo

15:30h - A palestra magna será ministrada por Aldenora Gonzalez, vice-presidente do Conselho Nacional de Assistência Social. A palestrante disporá de 30 (trinta) minutos, prorrogáveis por mais 10 (dez), para apresentar o tema da Conferência de Assistência Social 2021.

17:00h - Encerramento



2º Dia: 14/07/21

13:00h - Formação dos Grupos de Trabalho

Serão constituídos grupos de trabalho para garantir o aprofundamento das discussões do temário da Conferência.

13:30h – Os Grupos de trabalho deverão discutir e encaminhar propostas em relação aos 05 (cinco) Eixos apresentados pela 13ª Conferência Nacional de Assistência Social, na forma que segue:

EIXO 1 – A proteção social não-contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais no enfrentamento das desigualdades.

EIXO 2 – Financiamento e orçamento como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais.

EIXO 3 – Controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS e a importância da participação dos usuários.

EIXO 4 – Gestão e acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais e proteção social.

EIXO 5 – Atuação do SUAS em Situações de Calamidade Pública e Emergências.

14:00h – Anúncio da quantidade de delegadas/os credenciadas/os.

15:00h – Lanche (Usuárias/os) / Intervalo

17:00h - Encerramento.



3º Dia: 15/07/21

13h30 - A Plenária Final da XIII Conferência Municipal de Assistência Social do Recife terá como objetivo a apreciação e deliberação dos relatórios advindos dos 05 (cinco) grupos de trabalho e das moções encaminhadas pelos/as delegados/as deste evento.

15:00h – Lanche (Usuárias/os) / Intervalo

15:30h – Eleição para 14ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PERNAMBUCO.

16h30 – Posse das/os novas/os Conselheiras/os Municipais de Assistência Social do Recife.

17:00h – Encerramento.





ANEXO 3

REGIMENTO DA 13ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO RECIFE

CAPÍTULO I: Da Convocação e Do Temário

Art. 1º – A 13ª Conferência Municipal de Assistência Social do Recife (CMASR), convocada pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, através da Portaria Conjunta com a Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude, e Políticas sobre Drogas (SDSDHJPD) nº 001/2021 de 01 de abril de 2021, prevista no artigo 2º. inciso II, da Lei n.º 18.369 de 28 de agosto de 2017, tem como **TEMA: "Assistência Social: Direito do povo e Dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social"**.

CAPÍTULO II: Dos Objetivos

Art. 2º – A 13ª Conferência Municipal de Assistência Social do Recife tem por objetivo analisar, propor e deliberar a política municipal de assistência social, com base na avaliação local, reconhecendo a corresponsabilidade de cada ente federado, e eleger Delegados/as para a 14ª Conferência Estadual de Assistência Social de Pernambuco, que será realizada em outubro de 2021.

Parágrafo único: A 13ª CMASR constitui-se em instância que tem por atribuição a avaliação da política da assistência social e a definição de diretrizes para o aprimoramento do Sistema Único da Assistência Social – SUAS.



CAPÍTULO III: Da Realização

Art. 3º – A 13ª Conferência Municipal de Assistência Social do Recife – CMASR, será realizada nos dias 13, 14 e 15 de julho de 2021, de maneira virtual, no período da tarde.

CAPÍTULO IV: Dos Membros

Art. 4º – A 13ª Conferência Municipal de Assistência Social do Recife contará com 20 (vinte) Convidados/as e 222 (duzentos e vinte dois) Delegados/as, assim distribuídos:

I. 48 (quarenta e oito) Delegados/as natos integrantes do CMAS;

II. 174 (Cento e setenta e quatro) Delegados/as, eleitos/as nas Pré-Conferências Assistência Social, de forma síncrona ou assíncrona, sendo:

60 (sessenta) Usuários/as da Assistência Social;

36 (trinta e seis) Trabalhadores/as da Assistência Social;

36 (trinta e seis) Representantes da Sociedade Civil, a saber: Entidades Socioassistenciais de Atendimento, Assessoramento e Defesa de Direitos, devidamente inscritos/as no CMAS/Recife;

36 (trinta e seis) Representantes dos Gestores Públicos do Município;

06 (seis) Representantes dos Conselhos Tutelares.

Parágrafo 1º – São considerados trabalhadores/as da assistência social os profissionais, as categorias profissionais definidas pelas Resoluções do CNAS nº 17/2011 e nº 09/2014, que atuam institucionalmente na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, e que não possua cargo de coordenação, chefia, ou de gestão. A Resolução CNAS nº 23/2006 regulamenta o entendimento acerca de trabalhadores do setor, e estabelece como legítima todas as formas de organização de trabalhadores do setor como, associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos federais de profissões regulamentadas que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na política de assistência social, conforme preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social, na Política Nacional de Assistência Social e no Sistema Único da Assistência Social.

Parágrafo 2º – São considerados usuários/as da assistência social: “cidadãos, sujeitos de direitos e coletivos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos social e pessoal, que acessam os serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda no âmbito da Política Pública de Assistência Social e no Sistema Único de Assistência Social (Suas)”, conforme Resolução CNAS 11/2015.



CAPÍTULO V: Da Organização

Art. 5º – A 13ª Conferência Municipal de Assistência Social do Recife tem a seguinte estrutura organizacional:

I – Presidência;

II – Comissão Organizadora, nos termos da Resolução nº 008/2021 – CMAS, edição 065 do diário oficial do município, de 08/05/2021.

Parágrafo Único: A 13ª Conferência Municipal de Assistência Social do Recife será dirigida pelo presidente do CMAS e, em sua ausência ou impedimento legal, pela vice-presidente deste mesmo órgão colegiado.

Art. 6º – São atribuições da presidência:

I – Coordenar a 13ª Conferência Municipal de Assistência Social do Recife;

II – Acompanhar a realização virtual da Mesa Temática e grupos de trabalho;

III – Presidir a Plenária Final da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social do Recife;

IV - Coordenar o processo de eleição das/os delegadas/os para a Conferência Estadual.

Art. 7º - Caberá à Comissão Organizadora executar as funções técnicas e administrativas que garantam o funcionamento da 13ª CMASR.



CAPÍTULO VI: Do Credenciamento e da Palestra Magna

Art. 8º – O credenciamento dos/as Delegados/as à 13ª Conferência Municipal de Assistência Social do Recife se realizará a partir das 12:00h do dia 13 de julho de 2021 até 14h do dia 14 de julho de 2021, de forma on-line através do link: <https://forms.gle/pmRm3L9McbNMg7av7>

Parágrafo Único: A leitura e aprovação do regimento interno da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social do Recife será realizada no horário das 14h20 às 15h30, com os/as delegados/as que estiverem presentes no ambiente virtual, independente do quantitativo.

Art. 9º – A palestra magna será ministrada por palestrante indicado/a pela Comissão Organizadora da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social do Recife.

Art. 10º – O/a palestrante disporá de 30 (trinta) minutos, prorrogáveis por mais 10 (dez), para apresentar o tema da Conferência de Assistência Social 2021.

CAPÍTULO VII: Dos Grupos de Trabalho

Art. 12º – Serão constituídos grupos de trabalho para garantir o aprofundamento das discussões do temário da Conferência.

Art. 13ª – Os/as participantes da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social do Recife serão distribuídos nos grupos de trabalho, de acordo com seu interesse manifesto no ato do credenciamento, garantindo-se, se

possível, o mesmo número de membros em todos os grupos e a quantidade presencial de acesso à internet considerando o distanciamento nas salas, especificamente para o segmento de usuárias/os.

Art. 14º – Os Grupos de trabalho deverão discutir e encaminhar propostas em relação aos 05 (cinco) Eixos apresentados pela 12ª Conferência Nacional de Assistência Social, na forma que segue:

EIXO 1 – A proteção social não-contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais no enfrentamento das desigualdades.

EIXO 2 – Financiamento e orçamento como instrumento para uma gestão de compromissos e responsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais.

EIXO 3 – Controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS e a importância da participação dos usuários.

EIXO 4 – Gestão e acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais e proteção social.

EIXO 5 – Atuação do SUAS em Situações de Calamidade Pública e Emergências.

Parágrafo Único: Em conformidade com as orientações do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, cada Grupo de Trabalho deve construir até 4 propostas de deliberação para o respectivo Eixo debatido, a ser aprovada na Plenária Final, sendo 2 propostas de deliberação para o Município; 1 proposta de deliberação para o Estado e 1 proposta de deliberação para a União. As demais propostas elaboradas



pelos grupos de trabalho, de cada eixo, ficarão como recomendação ao município através dos Anais da Conferência.

Art. 15º – Cada grupo de trabalho contará com um/a Facilitador/a e um/a Relator/a indicados/as pela Comissão Organizadora, devendo o grupo eleger o/a Coordenador/a.

Parágrafo 1º – O/a Facilitador/a tem a atribuição de introduzir o tema daquele grupo, auxiliando o/a Coordenador/a na condução dos trabalhos.

Parágrafo 2º – O/a Relator/a terá a função de apoiar o/a facilitador/a nas discussões, sintetizar as conclusões do grupo, auxiliar na construção das propostas e destaques, e participar da consolidação do relatório final, a ser encaminhado para votação na Plenária Final.

Parágrafo 3º – O/a Coordenador/a tem a função de conduzir as discussões, controlar o tempo, estimular a participação de todos os membros do grupo e fazer a apresentação do grupo na Plenária Final, de acordo com os instrumentais previamente disponibilizados pela Comissão Organizadora.

Parágrafo 4º – As propostas aprovadas pela maioria dos/as delegados/as presentes nos grupos de trabalho, serão remetidas à Plenária Final para análise e deliberação, conforme as orientações do parágrafo único do art. 14º.

CAPÍTULO VIII: Da Plenária Final

Art. 16º – A Plenária Final da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social do Recife terá como objetivo a apreciação e deliberação dos relatórios advindos dos 05 (cinco) grupos de trabalho e das moções encaminhadas pelos/as delegados/as deste evento.

Parágrafo Único: Em conformidade com as orientações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a Plenária Final deve resultar na aprovação de um conjunto de no máximo: 20 (vinte) deliberações, sendo 10 (dez) para o próprio município; 05 (cinco) para o Estado e 05 (cinco) para União.

Art. 17º – Participarão da Plenária Final todos/as os/as 20 (vinte) Convidados/as, com direito a voz e os 198 (cento e noventa e oito) Delegados/as, com direito à voz e voto.

Art. 18º – Caberá a Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS Recife a coordenação dos trabalhos da Plenária Final, podendo em situações especiais, indicar um/a substituto/a para coordenar ou contribuir aos trabalhos da mesa.

Parágrafo 1º – O/a Coordenador/a da Plenária final disponibilizará a fala a(os) coordenadoras(es) dos grupos de trabalho, para leitura dos relatórios aprovados nos 05 (cinco) de Eixos Temáticos, assegurando-se aos membros da Plenária Final o direito de solicitar o exame em destaque de cada um de seus itens.

Parágrafo 2º – Os itens que não forem destacados serão considerados como aprovados por unanimidade pela Plenária Final, considerando um minuto, após o término da leitura.

Parágrafo 3º – Os/as propositores/as de destaques terão 03 (três) minutos, improrrogáveis, para manifestação, não sendo permitida réplica.





Parágrafo 4º – No caso de discordância, outro membro poderá apresentar nova proposta ou defesa da manutenção do texto no prazo de 03 (três) minutos, improrrogáveis. Entendida a proposta, será submetida à votação pela Plenária Final e será aprovada aquela que obtiver a maioria dos votos.

Parágrafo 5º – As propostas de alteração do relatório final deverão ser encaminhadas, por escrito à coordenação, através do chat da plataforma virtual, que as submeterá a aprovação da Plenária Final.

Parágrafo 6º – Os posicionamentos a favor e contra as proposições serão limitados em um de cada lado para cada proposta apresentada.

Parágrafo 7º – É assegurado aos membros da Plenária Final questionamentos, pela ordem, à coordenação, sempre que não esteja sendo cumprido o Regimento da 13ª CMASR.

Parágrafo 8º – Durante o período de votação será vedado o levantamento de questões de qualquer natureza.

Art. 19º – Encerrada a fase de apreciação do relatório final, o/a coordenador/a da Mesa apresentará as moções, nos termos do Artigo seguinte.

Art. 20º – Qualquer delegado/a da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social do Recife poderá apresentar moção, que deverá ser classificada por área temática, dirigida à Comissão Organizadora da 13ª CMASR, até às 14h do dia 15 de julho de 2021.

Art. 21º – Cada moção deverá ser assinada virtualmente, por no mínimo 20% (vinte por cento), dos/as Delegados/as credenciados/as na 13ª CMASR, a partir da plataforma utilizada pela conferência, sob orientação da comissão organizadora, a qual cederá a/o proponente possibilidade de edição no google docs.

Parágrafo 1º – As/os delegadas/os que desejam assinar a moção deverão informar a/o proponente, com informação documental de registro no google docs. Para as/os usuárias/os que estão no local de acesso à internet poderá ser registrado sua assinatura com apoio técnico da Conferência.

Parágrafo 2º – A quantidade mínima de delegadas/os para assinatura da moção será divulgado às 16h do dia 14 de julho de 2021.

Parágrafo 3º - Para defesa da moção, cada um/a dos/as propositores/as disporá de 03 (três) minutos de fala, improrrogáveis.

Parágrafo 4º - Serão facultados 03 (três) minutos a qualquer Delegado/a da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social do Recife para apresentação de ponto de vista contrário ao apresentado na moção.

Art. 22º – A aprovação das moções se dará por maioria simples dos votos dos/as Delegados/as presentes.

Art. 23º - O relatório aprovado pela Plenária Final será publicado e divulgado pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS-Recife, conjuntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas (SDSDHJPD).

CAPÍTULO IX: Das Eleições de Delegados/as para a Conferência Estadual Assistência Social

Art. 24º – Os/as delegados/as à 14ª Conferência Estadual de Assistência Social de Pernambuco serão em número de 18 (dezoito), sendo:

I – 07 (sete) vagas da Sociedade Civil;

II – 06 (seis) vagas para representante Governamental;

III – 01 (uma) vaga para conselho tutelar;

IV – 04 (quatro) vagas destinadas paritariamente aos integrantes titulares do CMAS Recife.

Parágrafo 1º – As 07 (sete) vagas da Sociedade Civil de que trata o caput serão assim distribuídas:

I – 03 (três) vagas para representantes de Usuários/as;

II – 02 (duas) vagas para representantes de Trabalhadores/as de Assistência Social;

III – 02 (duas) vagas para representantes de Entidades de Assistência Social.

Parágrafo 2º – Serão eleitos/as, ainda, os/as respectivos/as Suplentes para cada vaga de Delegado/a respeitando-se o quantitativo de vagas por segmento.

Parágrafo 3º – As 04 (quatro) vagas do Conselho Municipal da Assistência Social de que trata o caput, estarão assim distribuídas:

I – 02 (duas) vagas para Conselheiro/a representante da Sociedade Civil;



II – 02 (duas) vagas para Conselheiro/a representante Governamental.

Parágrafo único: A comissão organizadora disponibilizará uma sala virtual para o processo eleitoral de cada segmento, com facilitação por um componente dessa comissão. Finalizada a eleição, as/os delegadas/os serão apresentadas/os na 13ª Conferência Municipal de Assistência Social.

CAPÍTULO X: Das Disposições Gerais

Art. 25º – Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social do Recife, independente do número de membros presentes e ad referendum do Pleno do CMAS.

Recife, 13 de julho de 2021.



ANEXO 4

RELAÇÃO DOS DELEGADOS PARA CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

REPRESENTANTES DOS/ USUÁRIOS/AS	
TITULARES	SUPLENTE
José Nilton Monteiro da Silva Júnior	Nailza Maria Pinheiro
Fábio Bulgari	Paulo Damaceno
Sandra Neris Barbosa da Silva	Rosilene Rodrigues Dos Santos
REPRESENTANTES DOS/AS TRABALHADORES/AS	
Adriana Silva	Chiara Lúcia Ramos Cardoso Borges Nunes
Cristiano Lopes Kusunoki	Adriano Jamis Costa Santos
REPRESENTANTES DAS ENTIDADES	
Andréa Silveira Mascarenhas	Cybelle Oliveiras da Silva

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS	
Angela Oliveira	Sueleide Duque da Paz
Patrícia Andrade	Laurisabel Guimarães Pinheiro
Andresa De Fátima Salvador Barbosa	Vanessa Karla Souza Pessoa
REPRESENTANTES DOS/AS CONSELHEIROS/AS DO CMAS	
SOCIEDADE CIVIL	GOVERNAMENTAL
Titular – Aldenise Coelho de Souza	Titular - Edson de Souza Lima
Suplente – Dideanne Cynara Alves Nunes	Suplente – Silma Paula Dias de Azevedo Queiroz

